

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO “CARLOS ALBERTO REYS
MALDONADO”**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

THAYNÁ OLIVEIRA MARQUES DE ARRUDA

**A PRODUÇÃO DE SENTIDOS CACIONADOS NOS TEXTOS MUSICAIS
DE 1964 E 2020**

**Cáceres - MT
2024**

THAYNÁ OLIVEIRA MARQUES DE ARRUDA

**A PRODUÇÃO DE SENTIDOS CANCIONADOS NOS TEXTOS MUSICAIS
DE 1964 E 2020**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação do Professor Dr. Taisir Mahmudo Karim.

**Cáceres - MT
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Divisão de Biblioteca da UNEMAT

Arruda, Thayná Oliveira Marques de.

A PRODUÇÃO DE SENTIDOS CANCIONADOS NOS TEXTOS MUSICAIS DE 1964 E 2020 / Thayná Oliveira Marques de Arruda. - Cáceres, 2024.

62f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado", Linguística/CAC-PPGL - Cáceres - Mestrado Acadêmico, Campus Universitário De Cáceres "Jane Vanini".

Orientador: Taisir Mahmudo Karim.

1. Semântica do Acontecimento. 2. Textos Musicais. 3. Resistência. 4. Enunciação. 5. Sentidos. I. Karim, Taisir Mahmudo. II. Título.

THAYNÁ OLIVEIRA MARQUES DE ARRUDA

**A PRODUÇÃO DE SENTIDOS CANCIONADOS NOS TEXTOS MUSICAIS
DE 1964 E 2020**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim – Orientador
PPGL/UNEMAT

Prof. Dra. Thalita Nogueira Dias – Banca examinadora UFMG

Prof. Dr. Lucas Augusto Souza Pinto Alvares – Banca Examinadora UNEMAT

**APROVADA EM:
20/02/2024**

A conclusão deste estudo, fruto do meu esforço e constância,
é dedicada sobretudo a minha avó Balbina de Oliveira Magalhães
e avô Salvador Marques de Arruda;
Aos meus pais, pessoas de suma importância,
sem as quais a vida não faria qualquer sentido;
Aos meus familiares e amigos que ficam felizes com essa conquista;
A você leitor, que iniciou a leitura desta pesquisa,
espero contribuir com seus estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Pai maior, por me fazer ser quem sou e como sou, por me abençoar com saúde, sabedoria e perseverança.

Agradeço mais uma vez aos meus queridos avós, que plantaram em mim a semente do amor, da responsabilidade, valores morais e espirituais para fazer o bem.

Agradeço aos meus pais Leide Luiza e Gildo que desde cedo me motivaram e deram subsídios para seguir adiante nos estudos.

Agradeço às minhas amigas e irmãs Thays e Ana Livia, essa caminhada ficou mais leve tendo vocês junto comigo.

Agradeço especialmente aos meus amigos e professores Me. Francineli Lara Me. Gabriel Pereira que sempre estiveram ao meu lado incentivando e auxiliando nos estudos da teoria da Semântica do Acontecimento, instruindo no processo de escrita, minha eterna gratidão!

Ao Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim por transmitir seus conhecimentos e acreditar na minha pesquisa.

Ao Prof. Dr. Lucas Alvares pela disponibilidade e contribuições que valeram para concretização desse estudo.

Agradeço a todo corpo docente que contribuíram com meu aprendizado e crescimento intelectual.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística da UNEMAT, do qual muito me orgulho de fazer parte.

Reservo esse espaço para agradecer a todos demais familiares que me apoiaram nessa etapa e que ficam felizes com essa conquista.

Aos amigos e amigas que ganhei ao longo desse percurso.

“Contudo, a Morte e o Destino não o impediram,
Pelo contrário, ele, amante da lira e do belo canto,
Cantou para si mesmo sua glória e destino”.
Ilíada (570-571)

RESUMO

Este trabalho, vinculado à Área de Concentração de Estudo de Processos Linguísticos, Linha de Pesquisa Estudos dos Processos de Significação do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Para o desenvolvimento, selecionamos duas músicas, uma do período de 1964 intitulada por “Opinião” e outra do ano de 2020, que se chama “O Real Resiste”. Na sequência, nortearmos uma descrição do agenciamento das figuras enunciativas, buscando caracterizar a representação que se constrói entre alocutor/cantor/compositor *versus* interlocutor/ouvinte e analisamos através dos dispositivos de articulação e reescrituração. E temos como objetivo de mostrar que as músicas se constituem afirmando a resistência da população, entoando mensagens de luta contra a opressão. Tomamos como suporte teórico a Semântica do Acontecimento (2002, 2018), disciplina que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, no acontecimento do dizer. Portanto, compreendemos que a enunciação é tomada como o lugar que produz significação, partindo deste ponto, realizamos nossas análises.

Palavras-chave: Semântica do Acontecimento; Textos Musicais; Resistência; Enunciação; Sentidos.

ABSTRACT

This work, linked to the Concentration Area for the Study of Linguistic Processes, Research Line Studies of Meaning Processes of the Postgraduate Program in Linguistics at the State University of Mato Grosso (UNEMAT). For development, we selected two songs, one from 1964 called “Opinião” and another from 2020, called “O Real Resiste”. Next, we will guide a description of the agency of enunciative figures, seeking to characterize the representation that is constructed between speaker/singer/composer versus interlocutor/listener and we will analyze through articulation and rewriting devices. And we aim to show that the songs are constituted by affirming the resistance of the population, singing messages of struggle against oppression. We take Event Semantics (2002, 2018) as theoretical support, a discipline that considers that the analysis of the meaning of language must be located in the study of enunciation, in the event of saying. Therefore, we understand that the enunciation is taken as the place that produces meaning, starting from this point, we carry out our analyses.

Keywords: Semantics of the Event; Musical Texts; Resistance; Enunciation; Meanings.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

AI	Ato Institucional
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CPN	Centros Populares de Cultura
DCEs	Diretórios Centrais Estudantis
MT	Mato Grosso;
MPB	Música Popular Brasileira
PPGL	Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Linguística;
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PSL	Partido Social Liberal
UDN	União Democrática Nacional
UEEs	Unões Estaduais dos Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
SEÇÃO I.....	14
A HISTÓRIA POLÍTICA DO PAÍS DESDE 1964.....	14
1.1. Breve percurso histórico do Brasil nos anos 60.....	14
1.2 Contraste político brasileiro na contemporaneidade.....	17
1.3 Campo midiático e político no Brasil.....	20
1.4 A música como forma de protesto na Ditadura Militar.....	22
SEÇÃO II.....	25
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA OS ESTUDOS ANALÍTICOS DOS TEXTOS: SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO.....	25
2.1 Temporalidade, acontecimento da enunciação.....	25
2.2 Língua, Significação e Sentido.....	26
2.3 O espaço de enunciação, a cena enunciativa.....	27
2.4 Articulação, reescrituração.....	31
SEÇÃO III.....	33
O FUNCIONAMENTO DAS CANÇÕES CARACTERIZANDO A REPRESENTAÇÃO IMAGINÁRIA QUE SE CONTROLAM ATRAVÉS DO TEXTO.....	33
3.1 Descrição do <i>corpus</i>.....	33
3.2 Opinião (1964).....	37
3.3 O Real Resiste (2020).....	43
3.4 Duas vertentes de resistência.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	61

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em observar um momento da história do Brasil, mobilizando mais especificamente fatos do período de 1964 e dos efeitos desse acontecimento em nosso país, pois nota-se que desde esse período já se registrava o funcionamento político das letras de músicas. Apresentaremos alguns apanhados históricos sobre o contraste político atual, isto é, o ano de 2020, quando é publicada a segunda canção proposta para análise. Entendemos que ocupar o lugar de leitor nos impeliu a dizer sobre este lugar de significações, esse espaço possibilita sentidos outros, provoca outras interpretações.

Traçamos como objetivo verificar o funcionamento dos sentidos de dois textos musicais e fazer a relação entre eles. Faremos essa verificação pela observação de textos que compõem as letras de músicas, sendo relevante destacar que levaremos em consideração a música enquanto texto, pois é o texto que compõe a “letra” que será observada. Procuraremos descrever o modo como os sentidos são produzidos no acontecimento enunciativo das canções.

O *corpus* que compõe o material para este estudo é constituído de duas músicas popular brasileira, são elas: “Opinião”, escrita por Zé Kéti e interpretada por Nara Leão, lançada durante o espetáculo musical Show Manifesto logo após a instalação do período da Ditadura Militar. A outra canção tem o nome “O Real Resiste”, escrita por Arnaldo Antunes e publicada no ano de 2020, período do governo Bolsonaro. A partir da observação das letras/textos faremos uma descrição do agenciamento das figuras enunciativas nessas cenas para que possamos caracterizar a representação semântica que se constrói entre o alocutor-compositor e seu alocutário-ouvinte/sociedade.

Vale acrescentar que, as letras/textos das músicas importam e são um dos modos de configuração de mídia que circulou e ainda circula no imaginário social, ou seja, a canção de 2020 circula no presente e poderá circular no futuro. Já a de 1964 circulou no passado e ainda pode circular no presente e no futuro.

Num panorama geral, este trabalho apresenta práticas linguísticas marcadas pela relação entre línguas e sujeitos no espaço de enunciação do Brasil. É importante ressaltar que não estudamos a música enquanto sons, não se fazem enquanto objeto aqui, mas a música texto/letra que são enunciados.

Essa pesquisa está organizada do seguinte modo:

Na seção I, intitulada “A música no Brasil”, apresentamos, brevemente, dois fatos históricos da política brasileira, de forma que o leitor tenha acesso a informações dos dois momentos de maneira contextualizada, a posse de João Goulart em 1964 e a vitória de Bolsonaro em 2018 e seguimos com a apresentação da importância da mídia para a sociedade, avançamos para falar da música como forma de protesto pela população.

Na seção II, intitulada “Pressupostos teóricos para o estudo dos textos: Semântica do Acontecimento”, nos dedicamos a apresentar o quadro teórico que nos insere nos estudos históricos e enunciativos, também apresentamos os dispositivos de análise que foram mobilizados para trabalhar o nosso *corpus*.

Na seção III, onde finda essa pesquisa, apresentamos o título “O funcionamento das canções: caracterizando a representação imaginária que se constroem através do texto” é o lugar onde procedemos com as análises do estudo das relações entre agenciamento político da linguagem na enunciação, promovidas a partir das letras/textos de músicas que circularam na mídia no período de 1964 e 2020. Procuraremos descrever o modo como os sentidos são produzidos pelo funcionamento das letras das canções. Buscamos, ainda, verificar a existência de uma relação de sentidos entre as duas músicas proposta para este estudo.

SEÇÃO I

A HISTÓRIA POLÍTICA DO PAÍS DESDE 1964

Neste capítulo, propomos uma abordagem histórica sobre fatos relevantes para compreender a política da nação brasileira durante o período ditatorial e do governo que se iniciou em 1964. Falaremos sobre as músicas veiculadas no Brasil, e observaremos como elas são construídas, tendo em vista que no momento de 64 a relação entre a mídia e a política brasileira viveram uma repressão que veio sendo lapidada desde o governo de João Goulart. Recentemente as canções não foram produzidas nesse cenário de censura, mas ainda acreditamos marcar um lado de resistência pelo texto.

No livro “Política e Mídia no Brasil”, Miguel (2002) comenta que é necessário estudar rigorosamente os episódios da história do país, para compreendermos a importância da mídia, como elas operam na sociedade, e para se ter entendimento das mutações acontecidas na política, seja no período de 1964 ou contemporâneo.

Consideramos que a língua se apresenta pela prática humana “por relações que fundamentam o funcionamento desta prática cuja característica é a de produzir significações: a linguagem” (Guimarães, 2018a, p. 23). Quando se fala em linguagem, entendemos todo tipo de manifestação da palavra, tanto pela letra de canções, jornais, entre outras, como por exemplo a linguagem não verbal. Portanto, nesse período, as letras de canções passam a ser registros de denúncia ao governo, onde os sujeitos falantes se significam, criando uma resistência marcada pela reação individual ou coletiva e pretendemos evidenciar na letra da canção/texto.

1.1. Breve percurso histórico do Brasil nos anos 60

Quando se iniciou os anos 1960, no Brasil aconteceria as primeiras eleições presidenciais que decidiria quem viria a governar o Brasil. Jânio Quadros que concorria pela UDN (União Democrática Nacional), partido político impopular que já havia sido derrotado em outras eleições, dessa vez, foi então o presidente mais votado de toda história republicana assumindo a presidência, enquanto João Goulart foi eleito como vice pela chapa comandada pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

O presidente Jânio venceu as eleições razão da “dobradinha¹” com Jango (apelido de João Goulart), no qual se obteve votos populistas e nacionalistas, (Chiavenato, 1994). Ou seja, os dois partidos que tinham o maior número de eleitores se uniram (presidente e vice-presidente), assim, tiveram apoio da grande maioria da população, a sua vitória foi consolidada através desses jogos políticos.

Os acontecimentos do governo de Jânio indicavam que a extrema direita vinha conquistando respeito e soberania,

O seu governo seria subserviente à política financeira do grande capital norte-americano e isso tranquilizava a direita brasileira. Assim, Jânio nada fez que contrariasse, de fato, os interesses do grande capital. Porém seus arroubos demagógicos e pruridos nacionalistas compensavam, para consumo popular, essa entrega da economia a mãos, no mínimo, suspeitas. (Chiavenato, 1994, p.10).

Nesse período o presidente perdeu apoio de muitos grupos políticos. Carlos Lacerda foi entrevistado pela mídia televisiva e comentou que o plano de Jânio era um golpe e tornar-se ditador, (Chiavenato, 1994). Foi nessa ocasião que ele renunciou à Presidência, enviou ao Congresso um comunicado através de um bilhete mencionando que “forças terríveis²” o impediam de governar. Mas há outras hipóteses a respeito de sua incompreensível decisão.

Para o autor (Idem, 1994) a postura do presidente foi sobre “uma tentativa fracassada de golpe: ao apresentar seu pedido de demissão, esperava que não o aceitassem e lhe oferecessem plenos poderes, e ele, então, assumiria como ditador” (Chiavenato, 1994, p.11). Entretanto, não existe nenhum tipo de afirmação segura a respeito disso. A posse do Sr. Goulart foi sucedida por todos esses acontecimentos. E nesse ambiente, Goulart que estava em viagem diplomática na China, retornou ao Brasil.

Segundo (Lima Filho, 1993), o país encontrava-se mergulhado numa gravíssima crise institucional; uma das maneiras de superar esse evento surpresa foi a criação de um pacto das elites com a instauração do sistema parlamentarista que durou, entre 1961 a 1963 (posterior ao parlamentarismo, iniciou o plesbicito). Nessa altura, o governo seria confiado aos partidos, e o vice-presidente não governaria, embora estivesse empossado e os seus poderes estariam sobre a vigília dos parlamentares.

¹ Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/05/18/interna_politica,529893/dobradinha-para-eleicoes-vira-sobrevivencia-politica-para-prefeitos-deputados.shtml> Acesso em: 24/06/2023

² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/livrariadafolha/787752-forcas-ocultas-ja-derrubaram-um-presidente-conheca-janio-quadros.shtml> Acesso em: 24/06/2023

O vice-presidente estava fora do Brasil nessa ocasião, logo após sua chegada, houve inúmeras Reformas de Base que abarcavam quase todos os setores da sociedade, “existia planos para as áreas eleitoral, administrativa, tributária, urbana, bancária, cambial, universitária e, certamente a mais polêmica, a agrária” (Chiavenato, 1994, p.14). Por este motivo, seu governo é associado ao governo das reformas. Pouco tempo depois, mais precisamente em março de 1964 eclodiu um confronto nas ruas:

De um lado estava o governo, apoiado pelos nacionalistas e pelas esquerdas, esperançoso na força do povo e confiante na capacidade de manipulação dos sindicatos. Do outro, juntaram-se as elites econômicas e a direita política, patrocinadas pelo capital estrangeiro. No meio, mas pendendo rapidamente para a direita, encontrava-se a classe média: os seus setores mais politizados alinhavam-se com a política reformista; os mais conservadores, temendo a comunização do país, aceitavam a retórica da Igreja e a propaganda direitista. Os militares seriam o fiel da balança. (Idem, p.15).

Foi nesse clima que alguns governadores prepararam a milícia estadual para um eventual golpe de Goulart, a mídia atacava a figura do presidente, e em relação às reformas, eles diziam “as reformas apareciam referidas como ‘ameaças’ de subversão e os editoriais pediam abertamente aos militares que interferissem na política, às vezes exigindo até a deposição de Goulart” (Ibidem, p.19).

Nessa altura, o dia 1º de abril, que é considerado o dia do golpe de Estado começou a apresentar sinais, vejamos o que diz Chiavenato (1994, p.46):

O golpe teve início com o deslocamento das tropas em Minas Gerais, na madrugada de 31 de março de 1964. O chefe da IV Região Militar, general Mourão Filho, justificou o movimento alegando que o presidente Goulart tinha abusado do poder e devia ser afastado. Em vários pontos do país, militares e políticos de direita solidarizaram-se com a movimentação das tropas em Minas. Os governadores de São Paulo e da Guanabara adotaram atitudes francamente golpistas.

Ainda:

Os acontecimentos do dia 31 de março até a saída de João Goulart do país envolveram muitas ações pessoais, e por isso fica difícil analisá-los com justiça. Os depoimentos de ambos os lados são emotivos, muitas vezes irados, deformando a realidade. Nesse caso, misturam-se grandezas e misérias humanas, coragem, medo, bom senso e loucura, conturbando o entendimento. E não se muda o fato real: a direita venceu (Chiavenato, 1994, p.47).

Depois do golpe de Estado, ou seja, a tomada do poder pelos militares, a população temia a ditadura e a repressão, e não demorou muito para que a prática política ditatorial iniciasse o poder autoritário, onde eles menosprezavam as instituições e desprezava os políticos e, principalmente, a população brasileira.

Sem o apoio do povo, o regime militar teve de suspender eleições, fechar o Congresso e desrespeitar o Judiciário. Estava acima do povo e das leis. Seu

poder vinha das armas. Sustentava-se ideologicamente na Doutrina Segurança Nacional e nos vagos princípios de uma geopolítica degenerada. (Chiavenato, 1994, p.72).

Chegou o momento em que os militares criaram a própria jurisprudência a partir dos Atos Institucionais que legitimou a ditadura, pondo fim a liberdade de expressão, agindo de forma violenta, torturas e atrocidades inimagináveis.

O primeiro Ato Institucional (AI-1) consolidou a base do poder do general Castelo Branco, fizeram a cassação de centenas de deputados que incomodavam os militares e suspenderam os direitos políticos dessas pessoas. Na sequência, veio o AI-2 apagando todos os partidos políticos. O Ato nº3 teve como objetivo restringir ainda mais o direito ao voto popular (Chiavenato, 1994). Um dos Atos que pode ser considerado mais rigoroso é o AI-5, pois

O AI-5 nasceu para inibir as greves dos metalúrgicos de Contagem (MG) e Osasco (SP), conter as manifestações estudantis e anular a crescente militância dos trabalhadores. Estava pronto desde julho de 1968, aguardando um pretexto para ser assinado (Chiavenato, 1994, p77).

O AI-5 fechou o Congresso indeterminadamente e, ao contrário dos outros atos, não tinha “prazo de validade”: a ditadura assumia-se eterna (Chiavenato, 1994, p77).

Mais recentemente, as investigações realizadas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV),³ órgão temporário fundado por Dilma Rousseff pela lei 12528/2011, tinha como propósito investigar as violações dos direitos humanos ocorridas durante o período de 1946 até 1988 no Brasil, esse órgão se encerrou em 2014 com um relatório final sobre os acontecidos do ano que se propuseram a investigar.

Certamente, surgiram muitos movimentos contra a ditadura, evidenciaremos ao longo dos próximos tópicos.

1.2 Contraste político brasileiro na contemporaneidade

No ano de 2018 o candidato presidente Jair Messias Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL) venceu as eleições com 57,7 milhões de votos e assumiu o poder no dia 1º de janeiro de 2019. Segundo a reportagem da *BBC News Brasil*⁴ o mandato de Bolsonaro tinha como objetivo “atacar a corrupção, combater a escalada do crime, reanimar a economia e lutar contra os vícios do sistema político”, coisas que não aconteceram.

³ Disponível em: < <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/relat%C3%B3rios.html>> Acesso em: 02/07/2023

⁴Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46705007>> Acesso em: 02/07/2023

Ainda de acordo com a reportagem, com apenas 15 anos de idade, Bolsonaro já havia determinado em qual lado iria colaborar, pois foi nessa ocasião que o jovem se juntou aos militares passando informações a respeito dos guerrilheiros que estava em combate numa disputa armada com os militares. Havia iniciado no país o golpe de 1964 e estava acontecendo o Ato Institucional nº5 (AI-5), que institucionalizou a repressão e a censura por parte do Estado.

Mais tarde, quando tinha idade suficiente, ele se inscreveu na Escola Preparatória de Cadetes do Exército em São Paulo. Durante sua permanência no Exército, ele foi subindo de patente até se tornar Capitão. Bolsonaro publicou um artigo ousado, intitulado “O salário está baixo”, e isso fez com que as relações entre os militares do exército e o Capitão ficassem estremecidas. Dessa maneira, “ele perdeu espaço nas Forças Armadas por falácias na imprensa”, diz Waldir Luiz Ferraz, na reportagem ao *BBC News Brasil*. Como não haveria mais espaço para ele no ramo militar, Bolsonaro iniciou na carreira política.

No primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, a Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos de Jair Bolsonaro (PSL-PRTB) obteve maior número de votos. Os resultados finais da eleição indicaram que seria necessário a realização de um segundo turno eleitoral com o candidato Fernando Haddad. Foi nessa altura que aconteceu a disputa mais acirrada e notável de toda sua carreira política contra o candidato do Partido Trabalhista (PT-PCdoB-PROS) da Coligação O Povo Feliz de Novo.

De acordo com pesquisas realizadas neste mesmo ano pela BBC News⁵, era nítida a oposição entre os eleitores dos dois candidatos, pois Bolsonaro liderava entre o pessoal de maior renda, maior escolaridade, que estão concentrados mais na região Sudeste e Sul. Já Haddad estava à frente entre os mais pobres, a população de baixa escolaridade, situado mais para o lado do Nordeste. Embora o apoio do partido do trabalhista estivesse forte entre a população classe média-baixa, não foi suficiente para eleger o candidato Haddad.

Após a vitória de Bolsonaro, o ex-comandante do Exército, e assessor especial no Gabinete de Segurança Institucional, o general Villas Bôas manteve uma rotina de manifestações públicas, opinando sobre o panorama militar.

A cena é de uma cerimônia da Brigada de Paraquedistas, no Rio de Janeiro, e ocorreu em fins de novembro de 2018. Jair Messias Bolsonaro comparece pela primeira vez como presidente eleito a um evento festivo num quartel.

⁵ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45595033>> Acesso em: 12/07/2023

Enquanto a tropa real perfila-se ao lado da pista e entoa o hino da unidade de elite do Exército, o ex-capitão paraquedista coloca-se à frente de um conjunto heterogêneo, formado por paisanos, fardados e oficiais reformados de todas as idades, antecedido por dois oficiais mais velhos, [...] o futuro mandatário no comando, seguido alguns palmos atrás por dois generais, seus futuros ministros da Defesa e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) (Filho, 2019, p.167).

O evento supracitado descreve o início do Governo do presidente Bolsonaro pelas palavras de Filho (2019). Na sua narrativa podemos notar que o pessoal do Exército Brasileiro esteve presente em peso na cerimônia. Isso nos faz perceber a inclinação do presidente para o lado dos militares, que deram muito apoio a sua candidatura. Em relação a isso, dizem que existem dois consensos sobre a trajetória que fez com que as Forças Armadas e o Exército se associassem ao Governo Bolsonaro

O primeiro é que foi relativamente surpreendente o protagonismo do comandante dessa força, o general Villas Bôas, especialmente num momento de sua vida que enfrentava grave doença degenerativa. A surpresa adviria da moderação e sensatez que até aí vinham marcando a gestão do general. O segundo consenso diz respeito à constatação de que o marco divisório da mudança foi a divulgação, em fins de 2014, do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que responsabilizava a cadeia completa de comando, até chegar aos cinco presidentes militares, pela tortura e desaparecimento de presos políticos sob a ditadura militar (Filho, 2019, p.170).

Segundo Filho (2019), muitas das pessoas que compunham o núcleo militar do Palácio entraram numa disputa acirrada por cargos e influência sobre o presidente Bolsonaro, configurando uma extrema direita civil, ativa e militante no Governo. Inúmeras polêmicas se arrastavam para o centro da cena política, a instalação de uma base militar norte-americana no Brasil, projetos de liberação de arma, a solução de empregar a força para resolução da crise na Venezuela, a comemoração do dia “31 de março”⁶, entre tantos outros.

Logo em seguida, houve o ressurgimento de significativos protestos sociais de rua, “alguns em oposição aos ataques do novo ministro da Educação Abraham Weintraub às universidades públicas, e outros da reação do movimento bolsonarista, em manifestações contra o Congresso Nacional e o Judiciário, [...]”. (Filho, 2019, p.178). Ao mesmo passo em que ocorriam as manifestações, surgiram muitos *tuites* de militantes criticando as manifestações dos estudantes contra o corte de verbas na Educação e críticas aos partidos de esquerda. Temerosos de que as investigações

⁶ No dia 31 de Março de 1964 aconteceu a tomada de poder pelo militares, derrubando o governo do então presidente João Goulart e instalando um governo controlado pelas forças armadas. Disponível em: < <https://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2019-03/bolsonaro-autoriza-celebracao-do-31-de-marco-de1964>> Acesso em: 15/10/2023

pudessem partir para o campo midiático, muitos generais, coronéis, e outras pessoas do Exército criaram uma conta nova na rede social, assim sendo, Filho (2019) escreve que:

Na era das redes sociais, a expressão de opiniões é incontrolável. Nesse quadro, nada impede que as históricas insatisfações e divergências na caserna se espalhem de modo novo por todo o tecido das Forças Armadas. Em meados de julho, o Centro de Comunicação Social do Exército reconheceu: “Um dos fenômenos que têm caracterizado o meio informacional nos anos recentes é o emprego crescente e generalizado das mídias sociais por pessoas e organizações”. E complementou: “Como parte da sociedade, tal comportamento também tem sido observado nos integrantes do Exército brasileiro”. Poucos dias antes, uma portaria do Estado-Maior do Exército (196-EME) tinha procurado estabelecer objetivamente “parâmetros para a adequação de perfis e conteúdos de mídias sociais aos demais preceitos regulamentares da Força”, definidos no Estatuto dos Militares e no Regulamento Disciplinar do Exército. (p.181).

1.3 Campo midiático e político no Brasil

Quem quer que estude a história do progresso das mídias, entende a importância delas na sociedade. Estar por dentro dos noticiários, escutar uma música, assistir uma novela, ler um jornal, é considerado um processo de tomada de consciência. Esses materiais midiáticos visam

“demonstrar aos leitores e, principalmente, aos estudiosos a impossibilidade de compreender a sociedade em especial, a política atuais com rigor e em sua complexidade, sem considerar a (oni)presença da mídia no mundo e no Brasil contemporâneos” (Miguel, 2002, p.9).

Isso quer dizer que, as manchetes, publicações de músicas, livros, entre outros arquivos, são importantes documentos históricos.

No período de 1964, os militares não estavam concordando com a postura da mídia sobre o que eles escreviam do governo, por este motivo os militares limitaram as publicações, assim, “houve colapso total da liberdade de imprensa”. (Branco, 1975, p.21). Sobretudo, quando instalaram no país os Atos Institucionais que enrijeceu absurdamente a liberdade de expressão e para se conseguir publicar qualquer notícia ficou ainda mais difícil. Foi nesse clima que surgiu a Lei de Imprensa, na nova Constituição para sucessão de Castelo Branco, a lei previa “restrições brutais à liberdade de informação: com a nova lei praticamente toda denúncia contra o presidente, fundamentada ou não, era ilegal”. (Chiavenato, 1997, p.76-77). Esse tipo de ação delineava aspectos da ditadura.

O principal objetivo dos militares era de controlar todas informações do país levando em consideração as previsões das novas normas que eles instalaram e caso

fosse quebrada a norma os jornalistas e veículos de comunicação poderiam ser detidos, extinguidos ou multados caso publicassem algo que ofendesse a "moral e os bons costumes". Existia ainda o aumento da penalidade caso o conteúdo difamasse ou caluniasse alguma figura de autoridade, como o presidente da República.

O cenário político se demonstrava bastante conturbado, abrindo a possibilidade de interpretações que repercutem até os dias de hoje.

Além disso, compreendemos que o espaço político é perpassado e ambientado pela mídia, levando reflexões ao público através dos meios de comunicação, como pela rádio, televisão, propagandas, diversas revistas, músicas, livros, jornais online, entre outros veículos de informações que repercutem atualmente. Segundo Lara (2017, p.21), “a propaganda vem sendo utilizada como despertar de sentidos”, tal como as demais mídias mencionadas.

Nesse sentido, o professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília, Luis Felipe Miguel faz observações sobre a mídia dizendo que

[...] os meios não apenas funcionam difundindo o discurso político, mas o transformam. E ao transformá-lo, afetam as modalidades mesmas de realização da política, que acontece agora em uma sociabilidade ambientada pela comunicação, na qual a mídia opera em uma dimensão de centralidade, seja para transformar os discursos políticos, seja para configurar o mundo e as representações de mundo em que vivem os atores políticos (Miguel, 2002, p.9).

A Música Popular Brasileira (MPB, doravante neste trabalho) se configurou como síntese da expressão urbana a partir do século XIX. Levaremos em consideração a MPB e destacaremos alguns momentos marcantes que o movimento promoveu.

No ano de 1967 houve o Terceiro Festival de Música Brasileira no Teatro Record em São Paulo, transmitido pela TV de mesmo nome. A Tropicália⁷ foi um movimento artístico com grande importância na representação musical nesse período, caracterizando também uma ruptura no ambiente da música, seus colaboradores buscavam universalizar a linguagem da MPB.

1.4 A música como forma de protesto na Ditadura Militar

⁷ Na história da revolução esse movimento cultural ficou conhecido por trazer atualizações musicais, promovendo um intercâmbio musical, como também carregava críticas ao sistema político, as músicas foram consideradas manifestos que exigiam liberdade de expressão. Disponível em: <<https://conhecimentocientifico.r7.com/tropicalia/>> Acesso em: 04/08/2023

É importante, neste momento, ressaltar que o que estamos considerando é o que leva o homem a possibilidade de usar a palavra.

Entendemos que o texto de uma música, que é composto por linhas e estrofes seguem uma tendência, isso quer dizer que na maioria das vezes, fazem alusões explícitas ao contexto em que o seu alocutor está inserido, e desse modo, os homens escrevem e cantam para um alocutário/ouvinte.

Segundo Garcia (2019, p. 14), sobre as músicas publicadas no período de 1964: “as músicas da época chamadas “músicas de protesto” possuíam melodia simples, letras de fácil memorização e mensagens impactantes que agradavam aos ouvintes”. As circunstâncias da composição de uma música, sofre essas influências externas, como também é uma arte que se perpetua pelos sons e pelas pessoas que interpretam.

Quando se fala em restrição de liberdade de expressão, lembramos o passado de repressão que o país atravessou. Isso faz chegar na censura de que fala Orlandi (1995, p.107) “a censura tal como a definimos é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proíbem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições”.

Ainda em Orlandi (Idem), ela comenta que a censura

“pode resultar de processos mais ou menos conscientes e que se reportam a diferentes ordens: política, moral, estética etc. Isto dependerá da ordem de discurso em que se inscrevem as regiões de sentidos proibidas”

Então, a censura se apresenta como um fato discursivo e relaciona o sujeito com o dizer. Isto é, do poder fazer determinadas afirmações de um lugar social e o do não poder dizer de outro. A censura surge de forma inconsciente, no momento da fala, o sujeito falante não escolhe “criar” uma censura, por isso podemos dizer que não é relacionado ao sujeito com o que diz, como veremos nas análises mais adiante.

Como visto acima, proibir as pessoas de cantar suas canções é limitar a liberdade de expressão, é inferir os Direitos Humanos. Mas apesar da censura, as vozes não se calaram, sobretudo, nas letras das músicas. Os compositores Chico Buarque, Zé Kéti, Aldir Blanc, Gonzaguinha, Geraldo Vandré e outros, criaram canções que foram eternizadas nas vozes marcantes de Elis Regina, Gal Costa, Nara Leão, cantadas pelo povo e para o povo, perpetuando o sentido da arte, o da libertação.

Entendemos que a música foi a metáfora da resistência⁸. Como exemplo, temos a música “*Cálice*” de Chico Buarque que foi criada para contar a situação que o país estava vivendo, ou seja, a repressão, assim, o nome da canção está associada a ação de “calar-se”, dessa maneira, existindo um efeito sentido no funcionamento dessa expressão.

A população também saía nas ruas como forma de resistir, já que opinar foi um ato que o sistema impôs como proibido, resultando em censura, desrespeito com a população. Aqueles que resistiram, pagaram com o exílio, sangue e lágrimas, até mesmo com a própria vida, na luta para restabelecer o direito de viver com dignidade e poder se expressar.

Enquanto semanticistas, nossa relação com os sentidos dos dizeres de um texto é que direciona nosso olhar teórico. Assim, observaremos a forma como as palavras, os enunciados, e os textos significam e produzem sentidos nas letras das canções que enunciam dizeres sobre um momento de instabilidade política, levando em conta no funcionamento da enunciação: a língua, o sujeito e a história

Nesse trabalho de pesquisa, nos filiamos à linha teórica da Semântica do Acontecimento (Guimarães, 2002, 2005, 2008, 2017 e 2018), onde os sentidos são constituídos na/pela enunciação compreendida como acontecimento histórico-social, e “as palavras podem ser as mesmas e significarem diferentes de acordo com seu funcionamento em uma prática discursiva diferente, inscrita em outra formação ideológica”, conforme Orlandi (2007, p. 97)

⁸ Este modo que consideramos a música se justifica pelo uso das músicas popular brasileira convidar os ouvintes a enfrentar a opressão imposta pelo regime vigente, portanto, cantar determinadas canções desse período significa resistência.

SEÇÃO II

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA OS ESTUDOS ANALÍTICOS DOS TEXTOS: SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

Neste capítulo apresentaremos algumas abordagens a respeito da concepção de língua (gem) e enunciação, como também evidenciaremos noções teóricas da Semântica do Acontecimento (2002, 2018), definidos por Eduardo Guimarães. Suas considerações é de que a linguagem se faz pelo funcionamento da língua, quem a faz funcionar é um Locutor (2018), assim, a produção dos sentidos a partir do funcionamento da linguagem se faz pela enunciação. O que podemos dizer sobre a enunciação é que basicamente diz respeito a algo que ocorre quando se diz algo, Guimarães (2018). Assim, Guimarães (2018), diz ainda que enunciar, é um ato político, em que se concentra na contradição e no conflito do dizer, que se dá por falantes com direitos ao dizer e aos modos de dizer nos espaços de enunciação.

2.1 Temporalidade, acontecimento da enunciação

No campo da enunciação o autor escreve, “o acontecimento da enunciação constitui, a cada vez, sua temporalidade significativa: um passado, um presente e um futuro de sentidos [...]” (Guimarães, 2018, p.40), e “ao recorte do passado, produzido pelo acontecimento, chamo de memorável, e esta projeção de enunciações futuras, de futuridade” (Idem, 2018, p.41). O acontecimento instaura uma temporalidade que não é cronológica. E a temporalidade segundo Guimarães (2002):

A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal dos fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememorações de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nessa medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação. (Guimarães, 2002, p.11-12).

O semanticista justifica esse conceito, dizendo que: “o acontecimento da enunciação se apresenta como um acontecimento de linguagem. Enquanto tal este acontecimento ocorre num espaço de enunciação específico”. (Guimarães, 2018, p.19). Ou seja, “a **enunciação** é o acontecimento do funcionamento da língua, cuja especificidade é sua temporalidade própria (o passado, presente e futuro de sentidos que constitui)” (Guimarães, 2018, p.43), o histórico aqui se constitui no acontecimento por uma temporalidade específica, própria do dizer.

Segundo essa teoria, a história é determinante no acontecimento enunciativo por trazer a ele um passado de sentidos, que podemos considerar uma rememoração de enunciados que resignificam na temporalidade específica do acontecimento. Em Guimarães (2005), ele comenta que é o acontecimento que temporaliza, sendo o sujeito tomado na temporalidade própria do acontecimento, que só significa porque projeta em si um futuro. Dessa forma, Guimarães (2018, p.41) diz que

[...] este acontecimento se constitui num espaço de enunciação, pois se constitui pelo funcionamento de uma língua, ou línguas. E este funcionamento agencia os falantes enquanto aqueles que enunciam, agencia os falantes a dizer, vamos chamar esta figura de *lugar de enunciação*. Ou seja, o acontecimento da enunciação agencia o falante a dizer enquanto um lugar de enunciação, como lugar que enuncia”.

2.2 Língua, Significação e Sentido

As análises desenvolvidas por essa teoria linguística têm a significação como o objeto de estudo, enquanto o sentido é a palavra para a significação dos enunciados. Assim sendo, a teoria visa tratar a **significação** a partir do acontecimento do dizer, considerando a inclusão do que é exterior a língua (sujeito e história) como parte constitutiva dos estudos.

Já os **sentidos** se dão no funcionamento da língua pela linguagem, pela prática social do falante de dizer algo em uma língua. É necessário dizer que os sentidos não são produzidos em virtude da intenção daquele que fala, mas sim, em virtude de o enunciado se dar num acontecimento. Entende-se então que

[...] a **língua** deve ser definida a partir do espaço de enunciação. (...) pode ser caracterizada como um conjunto sistemático de regularidades com as quais é possível dizer algo verbalmente. Ela é assim um conjunto de elementos cujas relações constituem essas regularidades. A língua tem um conjunto de elementos linguísticos (sons, palavras, formas, etc.) que é preciso descrever segundo categorias específicas para isso. Estes elementos se caracterizam porque se combinam de algum modo que também é preciso estabelecer. Estes elementos apresentam modos regulares de combinação quando alguém diz algo em acontecimentos específicos, ou seja, na enunciação (Guimarães, 2018, p. 24).

Dentro do funcionamento enunciativo, o político ocasiona uma divisão desigual do real que está vinculada a divisão desigual do social, isto é, divisões de línguas e de poder. Portanto, e assim afirma Guimarães: “O acontecimento de linguagem por se dar nos espaços de enunciação é um acontecimento político” (Guimarães, 2002, p. 17).

Neste ponto, a enunciação é tomada como um acontecimento sócio-histórico, isso não quer dizer que se trata do sentido da história cronológica, onde os fatos significam um acontecimento social determinado no tempo, mas no sentido em que a história é constitutiva do presente de uma enunciação.

Para finalizar, apresentamos um recorte de Guimarães (2018), onde diz que a semântica se ocupa com o funcionamento da língua e da linguagem, bem como se trata de uma “disciplina científica que estuda a significação da linguagem” (Guimarães, 2018, p.13). Quando aqui falamos de significar, não é uma **significação** com uma tradução como em dicionário e sim de se considerar o que se diz por meio da enunciação. Posta desta maneira, a significação é produzida pela enunciação, por alguém, de algum material de linguagem específico (Guimarães, 2018, p. 14). Ainda em Guimarães (2018, p.22), ele escreve:

[...] “podemos dizer que a semântica é uma ciência que tem por objeto o estudo da significação. E a significação nós a consideramos como sentido, ou seja, como produzida pela enunciação, em outras palavras, pelo funcionamento das línguas num espaço de enunciação. E este funcionamento das línguas agencia os falantes a dizer nas condições deste espaço: da relação falante e língua, falante e falante, língua e língua em que se estiver”.

2.3 O espaço de enunciação, a cena enunciativa

Para entender melhor as relações entre as línguas e os falantes, precisamos compreender como é tomado os lugares dentro do funcionamento do político. Para Guimarães (2002, p.16) o político é:

[...] caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada.

Em Guimarães (2018), o linguista diz que espaço de enunciação se trata basicamente de um espaço onde as línguas relacionam e funcionam na relação com falantes. Para melhor compreensão, Guimarães (2018, p. 49), diz que os espaços de enunciação “se caracterizam por ser o funcionamento da língua num espaço de enunciação. [...] Esses espaços, como vimos, distribuem desigualmente as línguas para seus falantes, o que os constitui desigualmente” e que por sua vez “são espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”.

A enunciação, como já definida nesse trabalho, deve ser considerada como um acontecimento que temporaliza e no qual se dá a relação do falante com a língua, e o fato do sujeito estar constantemente a tomar a palavra, mesmo que às vezes lhe seja negada, faz com que a enunciação seja uma prática política.

O político afeta e divide materialmente a língua, nessa relação de disputa entre língua e falantes, uma vez que o político dá ideia de “igualdade” podendo assim afirmar o pertencimento do excluídos pela desigualdade. Ou seja, o político se caracteriza

[...] pela oposição entre afirmação da igualdade em conflito com uma divisão desigual do real produzida enunciativamente pelas instituições

que o organizam: organizam os lugares sociais e suas relações, identificando-os (ou seja, atribuindo-lhes sentido), e recortam o mundo das coisas, significando-as. (GUIMARÃES, 2018, p. 54).

Portanto, a enunciação enquanto prática política instala o conflito de sentidos no centro do dizer. E desta forma constitui as figuras da enunciação não só do sujeito-falante, mas também as figuras enunciativas, pois a cena enunciativa é uma categoria metodológica descritiva em que a teoria da Semântica do Acontecimento, se utiliza para tratar o sentido na enunciação. Nessa medida, “a enunciação é politópica, a cena enunciativa se configura por uma divisão de lugares de enunciação” (Guimarães, 2018, p.58). Já que,

[...]o agenciamento da enunciação é o agenciamento do falante a falar. Este, enquanto agenciado a enunciar, se divide em lugar que diz (Locutor), lugar social de dizer (alocutor), e lugar de dizer (enunciador). De um lado o falante, constituído pela relação com as línguas do espaço de enunciação, é agenciado pela língua, que constitui o falante, colocando-o em litígio com outros falantes. Por outro lado a cena, pelo agenciamento, produz divisão L/al-x também politicamente. Assim, o agenciamento da enunciação, ao agenciar o falante a falar, o divide em Locutor, que se apresenta como tendo seu correlato do dizer o Locutário, em alocutor (xi, j, l), que se apresenta como tendo como seu correlato um alocutário (xi, j, l), constitui-se assim a relação de alocação. De outra parte, vimo como o enunciador, o lugar de dizer, se apresenta, segundo a relação com o que se diz, como individual, genérico, coletivo, universal. (Guimarães, 2018, p. 63).

A cena enunciativa é de suma importância, pois apresenta os modos como os falantes são agenciados a dizer algo na configuração da cena na enunciação, pois caracteriza as relações de alocação. Conforme Guimarães (2018) e segundo o autor “a enunciação é politópica, a cena enunciativa se configura por uma divisão de lugares de enunciação”. (Guimarães, 2018, p.58). Desse modo a:

[...]a cena enunciativa é produzida pelo agenciamento político da enunciação. Em outras palavras, o falante é agenciado politicamente e assim constitui a cena enunciativa: o acontecimento da enunciação produz sentidos ao constituí-la. (Guimarães, 2018, p.53).

Os lugares de enunciação quando o falante é agenciado, é que configuram o funcionamento da alocação. Nesse sentido, Guimarães (2018, p.46) escreve “o acontecimento da enunciação produz sentido nisto que chamamos de *cena enunciativa* constituída pelo agenciamento do falante em lugares de enunciação”. As categorias

relacionadas acima só se dão pelo fato de que o Locutor é predicado por instâncias sociais especificadas por lugares de dizer.

[...]neste funcionamento enunciativo, o Locutor (L), ao ser agenciado, institui um Locutário (LT) (L é o lugar que diz (eu) para alguém (tu)); o alocutor (al-x) ao ser agenciado, institui um alocutário (at-x) (al-x é o lugar social de dizer que se apresenta para um at-x, o lugar social para o qual um certo al-x); o enunciador, o lugar de dizer, que se apresenta com quem diz de um lugar coletivo, individual, universal, ou genérico. O enunciador não projeta um tu, é um modo de o eu se apresentar na sua relação com o que se diz (o que se diz por quem diz) (Guimarães, 2018, p. 62).

Qualquer acontecimento enunciativo é produzido em um determinado espaço de enunciação enquanto cena enunciativa, a materialidade do dizer se dá porque existe uma fonte do dizer. Assim sendo, constitui as figuras da enunciação não só do sujeito-falante, mas também as figuras: Locutor, alocutor-x, enunciador, Locutário, alocutário-x e destinatário.

O *Locutor*, que é representado pela letra L maiúscula, se constitui como a fonte do dizer / responsável da fala. No acontecimento da enunciação existe uma disparidade constitutiva entre o *Locutor* e o *locutor-x*.

Para se estar no lugar de L é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar, e de que modo e em que língua (enquanto falantes). Ou seja, para o Locutor se representar como origem do que enuncia, é preciso que ele não seja ele próprio, mas um lugar social de locutor (Guimarães, 2002, p. 24)⁹.

O *alocutor-x* se instala enquanto lugar social que é representado pela variável x. O seu dizer não parte do nada, mas sim por estar vinculado a uma base que sustenta seu dizer, um lugar chamado enunciador.

Os enunciadores representam os *lugares de dizer*:

Enunciador individual, que se diz não coletivo que representa o dizer que está acima de todos, história.

Enunciador genérico, vem representando o dizer da voz de todos. Falando aquilo que todos dizem.

Enunciador coletivo se caracteriza por ser a voz de todos que fala em nome dos outros. *Enunciador universal* vem representando o dizer que caracteriza como válido para todos, global, representado, por exemplo, no dizer da ciência, do Estado.

⁹ É importante destacar que houve mudanças terminológicas na edição do livro de 2018 de Eduardo Guimarães. Nas edições anteriores se tratava de *locutor-x*, atualizado pra *alocutor-x (al-x)*. Do mesmo modo está para *locutário-x*, que ficou *alocutário-x (alt-x)*.

As categorias relacionadas acima só se dão pelo fato de que o Locutor é predicado por instâncias sociais especificadas por lugares de dizer. Para Guimarães (2002, p.26), “a figura do enunciador passa a ser ilusória na medida em que apresentar-se como fora da história, ou acima dela, são lugares próprios da história”.

Aquele que diz algo, o falante, não é uma pessoa física, de carne e osso, e também não é uma figura empírica, muito pelo contrário, “[...] é uma figura política constituída pelos espaços de enunciação, sendo, assim, uma figura da enunciação” (Guimarães, 2008, p.88). Pois, o falante ao assumir a palavra no acontecimento da enunciação, é agenciado politicamente no espaço de enunciação e “quem assume a palavra não é uma pessoa, é já a pessoa determinada pelas línguas que a constituem enquanto ser simbólico” (Idem, p.88). O que vai caracterizar a enunciação como uma prática política não individual ou subjetiva é a consideração do funcionamento da língua no espaço de enunciação. Passamos agora às noções de texto e aos procedimentos de reescrituração e articulação desenvolvidos por Guimarães (2002, 2005, 2008, 2017 e 2018).

Um texto é considerado como uma unidade de significação que integra e é integrado por enunciados (Guimarães, 2017), e que um enunciado é algo da ordem da língua e que se dá num acontecimento de linguagem. Contudo, há que se considerar que a língua, partindo de nosso lugar teórico, funciona como

[...] acontecimento de linguagem por se dar nos espaços de enunciação é um acontecimento político. Ou seja, a constituição da temporalidade do acontecimento se faz pelo funcionamento da língua enquanto numa relação com línguas e falantes regulada por uma deontologia global do dizer em uma certa língua (Guimarães, 2017, p.24).

A partir disto, procuraremos mostrar, em que medida, essa materialidade linguística que propomos em analisar produz efeitos que possam afetar os sujeitos leitores e, desta forma, construir a relação interpretativa entre o funcionamento de texto.

2.4 Articulação, reescrituração

Então, não podemos deixar de destacar o que Guimarães nos diz sobre as articulações:

[...] um aspecto importante na caracterização das articulações é que elas não são meramente relações internas ao enunciado, mas relação de contiguidade que fazem do enunciado um elemento que se integra a um texto. O que o semanticista deve fazer é analisar estes modos de relação, ver como eles se dão na relação com os textos em que estão

enunciados, para poder considerar os sentidos assim produzidos (Guimarães, 2018, p.84).

De acordo com Guimarães (2018, p.80) “na organização dos enunciados funcionam relações gerais específicas que podemos considerar em três modos diferentes: *dependência, coordenação e incidência*”. Na sequência, veremos sobre estas três possibilidades de se verificar a relação por articulação:

- a) por **dependência**: existe uma certa relação e se apresenta como um único conjunto entre os elementos contíguos;
- b) **Coordenação**: existe um acúmulo de elementos contíguos;
- c) **Incidência**: não existe uma relação de dependência inserida entre os elementos.

Depois de descrever sobre o primeiro procedimento de análise dessa sub sessão, agora passaremos a observar outro procedimento que caracteriza as relações textuais, a reescrituração, vejamos:

Para Guimarães (2018), a reescrituração é o procedimento pela qual a enunciação diz de outra maneira, em um mesmo texto, aquilo que já foi dito anteriormente, esse procedimento produz o efeito de uma interpretação diferente ao reescriturado.

[...] **reescrituração** é o modo de relação pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito. Há reescrituração quando um elemento Y de um texto (uma palavra, uma expressão, por exemplo) retoma um outro elemento X do texto. Neste caso Y reescritura X. Este modo de relação enunciativa leva a interpretar uma forma como diferente de si. O elemento que reescritura atribui (predica) sentido ao reescriturado. Uma característica fundamental da reescrituração é que ela não se caracteriza pelas relações segmentais, ou de contiguidade, própria dos modos de articulação. (Guimarães, 2018, p.85).

Sempre que existe o funcionamento da operação de predicação, existirão novas determinações, sendo cada predicação novas determinações para a palavra reescriturada, isso mobiliza novos sentidos. E é nessa perspectiva que levaremos em conta a análise do *corpus* do projeto, em que propomos verificar a relação de sentidos nas composições, enquanto um acontecimento de linguagem.

É importante ressaltar que, para semântica do acontecimento, a linguagem só entra em funcionamento através do político. “Quem assume a palavra é o falante, constituído no espaço de enunciação” Guimarães, (2007b). A partir dessa perspectiva,

consideramos que o falante não fala enquanto pessoa física com vontade própria num ato individual e sim num agenciamento político da enunciação.

SEÇÃO III

O FUNCIONAMENTO DAS CANÇÕES CARACTERIZANDO A REPRESENTAÇÃO IMAGINÁRIA QUE SE CONTROLAM ATRAVÉS DO TEXTO

Nos é possível observar que o dizer está inscrito na história e que o presente do acontecimento se configura como enunciação de um indivíduo tomado como sua origem, a língua se inscreve na história e por isso produz sentidos e “as palavras podem ser as mesmas e significarem diferentes de acordo com seu funcionamento em uma prática discursiva diferente, inscrita em outra formação ideológica”, conforme Orlandi (2017, p. 97). O falante é agenciado no presente do acontecimento nas formas linguísticas e os enunciados são integrantes do seu presente de forma que passam a significar no acontecimento do dizer. Dessa maneira, as formas e os enunciados recortam esse presente e projetam uma futuridade de enunciações.

Dessa forma, o espaço de enunciação é configurado no presente do acontecimento e a cena enunciativa se configura naquele pelo agenciamento eu a língua faz ao funcionar, dito de outro modo, a cena enunciativa é responsável por configurar e especificar o espaço de enunciação. É relevante destacar que tomaremos a canção, mais especificamente, o texto da música como um espaço configurado pelo agenciamento das figuras enunciativas, funcionando no espaço de enunciação do português do Brasil.

Começaremos as análises pela canção Opinião e em seguida observaremos o texto da canção O Real Resiste, a partir das canções faremos nossos recortes para as análises.

3.1 Descrição do *corpus*

Nesta pesquisa consideramos necessário seguir critérios teóricos e não empíricos, assim, apresentamos aquilo que Karim (2012, p.47) diz:

O estabelecimento de um *corpus* para as análises nos estudos de linguagem requer, antes de tudo, uma tomada de posição em relação ao procedimento teórico-metodológico, com o qual o pesquisador irá efetivamente desenvolver a análise.

Tomaremos, assim, como meios para a realização de nossas análises, dispositivos teóricos e analíticos que nos permitirão realizar nossas análises pela perspectiva enunciativa. Em ambas canções é textualizado dois mundos dispares, embora em épocas diferentes, acreditamos que possa haver relações de resistência determinada pelos artistas, principalmente no sentido de discordar das ações governamentais através dos jogos de palavras.

O interessante sobre a semelhança é que ela mostra sempre o diferente. E ela mostra o diferente pelo fato de ser semelhante significa não ser igual. E nesta direção a diferença não se faz como negativa, ela se mostra por uma atualização da história, ou seja, uma atualização dos sentidos.

Assim sendo, pretendemos encontrar possíveis relações nos textos produzidos durante o período ditatorial brasileiro com aquelas outras unidades textuais produzidas pelos compositores contemporâneos, as análises nos permitirão explorar as semelhanças/que se dão como diferenças nas relações de sentidos que podem existir entre duas canções que são o nosso *corpus*:

Canção “Opinião”

A cantora, compositora e instrumentista Nara Leão, nasceu em janeiro do ano de 1942 em Vitória, Espírito Santo e faleceu no dia 7 de junho de 1983 e viveu a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro. Após o golpe militar de 1964 ficou conhecida como a musa da Bossa Nova.

A artista Nara, foi participante ativa de muitas manifestações artísticas e movimentos de resistência, um espetáculo nomeado como “Show Opinião” sob a direção de Augusto Boal, foi onde a cantora lançou a canção que leva o nome de “Opinião”, composta por Zé Kéti e interpretada por ela. Nesse show, muitos cantores de música popular brasileira participaram contando suas histórias fazendo crítica social à dura repressão imposta pelo regime militar¹⁰. As músicas versavam sobre temas profundos sobre o cotidiano até os mais densos casos e assuntos políticos.

O disco “Opinião de Nara” trouxe uma descoberta importante: “a de que a canção popular pode dar às pessoas algo mais que a distração e o deleite”¹¹. Então é possível encontrar diversas músicas de resistência lançadas nesse período algumas delas são: Sinal de caboclo; Pra não dizer que não falei das flores; Esse mundo é meu; Em tempo de adeus e tantas outras. A compositora passou a escrever inúmeras canções de protesto e participar das atividades realizadas pela UNE, nos Centros Populares de Cultura que já estavam quase extintos naquele momento¹².

Como comentamos, nesse período surgiram inúmeras manifestações. Segundo algumas notícias¹³, o Movimento Estudantil foi o maior foco de resistência durante o militarismo no Brasil. Além disso, eles tinham várias organizações representativas: “os DCEs, as UEEs e a UNE, entre outras. Com suas reivindicações, protestos e manifestações, o movimento influenciou significativamente os rumos da política nacional”.

Outros movimentos que tiveram grande relevância no período com o objetivo de defender a liberdade de expressão foram “Passeata dos 100 mil”, campanha “Diretas Já”, “Movimento Operário” e outras manifestações contra o regime militar.

Canção “O Real Resiste”

As letras de Antunes revelam ainda um sentimento de não pertencimento, explícito nos versos de *Lugar Nenhum*, 1987: “Não sou brasileiro, não sou estrangeiro/ Não sou de nenhum lugar, sou de lugar nenhum, sou de lugar nenhum”. Em reação, talvez, ao nacional-popular das décadas de 1960 e

¹⁰ Disponível em: < <http://augustoboal.com.br/especiais/show-opiniao/>> Acesso em: 04/08/2023

¹¹ Disponível em: < <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra67386/opiniao-de-nara>> Acesso em: 07/08/2023

¹² Disponível em: < <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/04/06/nara-leao-da-voz-historia-do-seu-tempo>> Acesso em: 07/08/2023

¹³ Disponível em: < <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/movimento-estudantil-o-foco-da-resistencia-ao-regime-militar-no-brasil.htm>> Acesso em: 07/08/2023

1970, sua obra aponta para a fusão e a antropofagia cultural, uma clara herança tropicalista. Esta se reflete na diversidade de estilos do músico, que inicia a carreira no rock, aventura-se pelo pop, pelo samba e chega até a flertar com o brega ao lado dos tribalistas. Com isso, propõe uma quebra de fronteiras, não só entre os gêneros, mas também entre os repertórios (erudito x popular; sofisticado x de massa), desejoso de fazer uma música elaborada que obtenha a maior repercussão possível¹⁴.

De acordo com a teoria que nos filiamos, entendemos que o falante é tomado pelas sistematicidades linguísticas, ou seja, por suas regras e estruturas, como também a linguagem pode ser constituída sentido tem a ver com a forma que os elementos menores se integram e fazem sentido.

A nosso ver, os textos das músicas que é nosso *corpus*, “Opinião” e “O Real Resiste” apresentam um funcionamento enunciativo específico, sobre o qual discursos se reportam produzindo efeitos de sentido, os sentidos são, portanto, construído no encadeamento discursivo, Dias (2018, p. 75).

Primeiramente, procuraremos descrever as cenas enunciativas, analisaremos o funcionamento semântico-enunciativo que constitui esses textos musicais e seus sentidos, isto é, a história enunciativa do que está dito. A partir da configuração da cena enunciativa, observaremos quem fala e para quem se fala neste acontecimento. Desse modo poderá considerar o que nos diz Pereira (2023, p.28):

Por outro lado, se aquilo que se pode dizer se dá pelo funcionamento da língua na e pela enunciação, ou seja, se dá enquanto acontecimento, devemos tomar como pertinente o fato de que o acontecimento é algo que se inscreve no real. O acontecimento enquanto caracterizado por sua especificidade, é de ordem atemporal. Contudo, podemos dizer que tanto um acidente de trânsito quanto a publicação de um livro, ou, a produção de uma obra de arte, são acontecimentos que se inscrevem na história caracterizados por narrativas que o fazem significar.

Adiante, utilizaremos os procedimentos analíticos desenvolvidos por Guimarães que considera:

As análises são feitas de recortes específicos que sejam decisivos relativamente ao funcionamento do sentido da palavra. Recortes decisivos são aqueles que trazem, proeminentes, características do fato que, se procura analisar. (GUIMARÃES, 2011, p. 90)

Desta forma, “[...] não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constituída do sentido do texto” (Guimarães, 2002, p.7). O texto é definido na Semântica do Acontecimento como “uma unidade de sentido que integra enunciados no

¹⁴ Disponível em: < <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2878/arnaldo-antunes> > Acesso em: 08/08/2023

acontecimento da enunciação” (Idem, 2011, p. 19). O texto integra e é ao mesmo tempo integrado por enunciados através de uma relação transversal.

A relação de integração é aquela que constitui sentido, ela se caracteriza por ser uma relação de um elemento lingüístico de um nível com um elemento de nível superior. E não se trata de uma relação caracterizada pela segmentalidade. A integração se faz por uma relação transversal entre elementos diversos e a unidade à qual se reportam. A relação entre os elementos não é de contiguidade, não se marca pela direção da segmentalidade. (Guimarães, 2011, p. 43).

Conforme exposto pelo linguista, o enunciado se caracteriza por ter “uma independência relativa em relação às sequências linguísticas que com ele integram o texto” (Idem, p. 21). Seguindo essa noção, os enunciados permitem-nos verificar os sentidos produzidos nas pelo imaginário semântico a partir dos aspectos linguísticos presentes na letra das duas canções que constituem o nosso *corpus*.

Após o demonstrado nas duas seções anteriores: o espaço sócio-histórico da década da ditadura no Brasil e na contemporaneidade e delineado uma explanação sob a teoria que nos filiamos, seguimos para às análises e, esperamos encontrar possíveis relações nos sentidos construídos nos textos.

3.2 Opinião (1964)

A música “Opinião” aborda questões sociais e políticas do Brasil na década de 1960. Ela é marcada por uma forte crítica à desigualdade social, à pobreza e às condições de vida precárias enfrentadas por muitos brasileiros na época. Além disso, a canção expressa a necessidade de uma voz coletiva para promover mudanças e reivindica justiça social.

Essa canção foi popularizada por Nara Leão, uma influente cantora da bossa nova, que a incluiu em seu álbum de 1964. A canção em questão pode ser considerada uma peça importante na história da música brasileira e é lembrada como uma das composições mais significativas de Zé Kéti e da era da bossa nova.

Nara Leão se opôs contra o regime instalado e participou de muitos movimentos populares, estreou a música Opinião no Show Opinião no ano de 1964. Ela se tornou a interprete das canções de mensagens.

Opinião - Nara Leão (1964)

I (Refrão)

Podem me prender, podem me bater
 Podem até deixar-me sem comer
 Que eu não mudo de opinião.
 Daqui do morro eu não saio não, daqui do morro eu não saio não.

II

Se não tem água, eu furo um poço
 Se não tem carne, eu compro um osso e ponho na sopa
 E deixo andar, deixo andar

III

Fale de mim quem quiser falar
 Aqui eu não pago aluguel
 Se eu morrer amanhã, seu doutor
 Estou pertinho do céu

(Refrão)

IV

Podem me prender, podem me bater
 Podem até deixar-me sem comer
 Que eu não mudo de opinião

Daqui do morro eu não saio não, daqui do morro eu não saio não...

Podem me prender, podem me bater, que eu não mudo de opinião, que eu não mudo de opinião...¹⁵

Essa canção mostra uma comparação entre a resistência de como o povo do morro se mantém firme no propósito de resistir e não mudar de opinião, embora tenham que passar por fases ruins, eles não sairão dali. Esse povo é retratado pela gente que vive nas favelas do Rio de Janeiro e que estavam sendo escoraçados pelos militares, ficando sem abrigo e sem nenhum suporte governamental. Os militares tinham como objetivo ocupar aquela área da zona sul, onde se localizam as favelas.

O texto faz também um chamamento desse povo para romper com o regime militar vigente. A canção textualiza a narrativa de um morador do morro que vive sendo comparado como um marginal, mas que ao assumir uma posição de sujeito de opinião (cidadão com direito ao dizer), rompe com a repressão instalada na sociedade brasileira, e por meio da narrativa mostra dois mundos díspares (a da repressão e da resistência) buscando provocar no povo brasileiro a ruptura com o regime militar. A temporalidade do acontecimento é marcada por esse regime.

Para Guimarães (2005), a língua é uma prática política em razão do espaço de enunciação, que está em funcionamento na fala, e falar é assumir a palavra num espaço

¹⁵ Disponível em: < <https://www.lettras.mus.br/nara-leao/130956/>> Acesso em: 24/04/2023

de enunciação de disputas entre falantes e língua. Portanto, enunciar é colocar a língua em funcionamento.

O Locutor que não é a pessoa física de carne e osso, e sim uma figura linguística é tomado pela língua no espaço de enunciação do presente do acontecimento sendo agenciado naquele momento por um alocutor-compositor, que é afetado pelo lugar de dizer de Enunciador Individual, quando ele diz algo, é tomado por ele mesmo, uma percepção subjetiva do real. O texto musical é dirigido ao alocutário-sociedade brasileira/ouvinte e significa o enfrentamento político entre o alocutor-x e a política vigente daquele período.

Enquanto a intérprete da canção é agenciada enquanto alocutor-cantora e apresenta os dizeres estando em um outro lugar de enunciação, que é o do E-coletivo. Cada um dos dois lugares sociais do dizer alude a um lugar de enunciar, um é E-individual e outras vezes passa a ser E-coletivo. Eles, enquanto figuras enunciativas, se dirigem à população brasileira, e desafia o regime de opressão, acontecimento que instala no centro da enunciação da canção o conflito entre os desigualmente distribuídos: o alocutor-x (o compositor/cantora) e o alocutário (sociedade brasileira), que perderam a condição de cidadania.

Vejamoss nossas análises abaixo, a partir dos recortes (R...), para compreendermos melhor os sentidos que produzem.

R1

I (Refrão)

Podem me prender, podem me bater

Podem até deixar-me sem comer

Que eu não mudo de opinião.

Daqui do morro eu não saio não, daqui do morro eu não saio não.

Na estrofe I, mais especificamente nos versos (1 e 2) observamos que a ênfase se dá naquilo que é enunciado e que se pode verificar que a reescrituração produz tal ênfase por repetição *Podem*, como veremos: (1) ***Podem me prender, podem me bater***, nesta estrofe o pronome oblíquo *me* assimila o lugar de um enunciador individual, pois todos os verbos de ação apresentado pelo alocutor-compositor na enunciação recai sobre ele que está dizendo, assim, acreditamos ser individual e assimila do lugar de quem vive no morro. Ainda nessa mesma estrofe, no verso (2) ***Podem até deixar-me sem comer***, a palavra “podem” reescriturada por repetição, está no sentido de dizer algo para alguém

naquele determinado momento, a repetição da palavra reforça que o Locutor enuncia do lugar dos que resistem.

Se questionarmos o funcionamento do verbo *podem*, “quem é que pode causar essas crueldades?”, esse termo está se articulando a *eles*, perceba que este pronome pessoal de tratamento está reescriturado por elipse. E temos um vocativo funcionando no início da frase, vejamos a seguinte paráfrase:

✓ (Eles) podem até deixar-me sem comer,

Notamos que se tratando da letra da canção e o que ela descreve, sobretudo, o período que foi escrita, “vocês” pode produzir uma referência no texto aos militares. Embora não esteja funcionando materialmente, o termo “vocês” tem uma retomada por elipse e mostra que o alocutário-compositor está dizendo “vocês” marcando assim a presença do lugar de um poder instituído e fazendo funcionar inclusive um não dito. Ainda percebemos o funcionamento do argumento em que sustenta o sentido de que através da resistência cancionada mostra que ele não sairá do morro.

Podemos considerar que há um litígio instalado ao observarmos a configuração da cena enunciativa do texto. Um litígio entre o Estado e aquele que afirma seu pertencimento enunciativamente: (*vocês*) **podem** até me bater/deixar-me sem comer **mas eu não mudo de opinião**. O operador **mas** é um modo de sustentar um argumento de litígio entre opressor e oprimido, existe ali um conflito de interesses da classe baixa e os que tinham mais poder no governo. Assim, produz um argumento no sentido de: (MESMO) que me batam e que me deixem sem comer, eu não mudo de opinião.

O verso (3) *Que eu não mudo de opinião*, completa se articulando ao sentido dos versos/enunciados (1) e (2), o enunciado sustenta a posição do Locutor de não concordar com as ideias do governo ditatorial. A palavra “*Que*” intensifica o sentido de não mudar de ideia. Esse verso/enunciado é o que fortalece o propósito do alocutor compositor/cantor. No verso/enunciado (4) *Daqui do morro eu não saio não, daqui do morro eu não saio não*, reforça o que foi dito anteriormente no sentido de resistir. O *morro* nesse acontecimento pode ser entendido como lugar onde estão as favelas, já que no período da ditadura os militares tinham o objetivo de expulsar o pessoal que residiam na favela da zona sul do Rio de Janeiro. A posição do sujeito favelado na ditadura foi apagada pela elite brasileira, a existência dessas pessoas do morro era insignificante

para os militares. Percebe-se que aqui o “morro” traz sentidos de favela, estando em oposição a cidade.

Podemos ver que no verso/enunciado (3) *Se eu morrer amanhã, seu doutor*, faz uma menção a morte, pois o verbo está flexionado no indicativo do presente (*eu morro*), seja por estar enfermo ou por outras fatalidades. O *morro* vem do verbo de *morrer* nesse enunciado. No verso (4) *Estou pertinho do céu*, recorta o memorável de uma montanha, uma elevação de um terreno, que é lugar característico das favelas e um ponto alto, por isso seria próximo ao céu ou talvez do fato de que pela religiosidade quem morre vai para o céu ou para o inferno, então não sair do morro, nesse acontecimento pode ser esse lugar da geografia.

Vejam agora o acontecimento de **R2**.

R2

II

Se não tem água, eu furo um poço

Se não tem carne, eu compro um osso e ponho na sopa

E deixo andar, deixo andar

Na estrofe/seqüência II, o primeiro verso/enunciado (1) *Se não tem água, eu furo um poço*, aqui percebemos a denúncia da falta de saneamento básico, medidas essas que é responsabilidade do governo garantir aos cidadãos, como também a falta de renda para conseguir garantir uma condição mínima de vida. Apresenta também um dizer de que nos lugares mais pobres, nas regiões periféricas o acesso a água geralmente se faz por um poço. Isso é comum em vários lugares do país. No segundo verso/enunciado o alocutor-cantor diz (2) *Se não tem carne, eu compro um osso e ponho na sopa*, se não tem o que comer, conseqüentemente não tem emprego e nem dinheiro para se alimentarem. No terceiro diz: (3) *E deixo andar, deixo andar*, a resistência permanece mesmo que sejam submetidos as mais precárias situações e violências.

O argumento segue na direção de sustentar a resistência marcada pela condicional “Se não tem água, eu furo um poço” (EU DIGO QUE) se não me derem água eu furo um poço – eu resisto. São negados os direitos básicos e fundamentais dos cidadãos para a condição de existência humana (água e alimentos) na tentativa de fazer com que eles abandonassem o lugar de vivência. Portanto, é resistência e sobrevivência.

Observaremos agora o terceiro recorte do *corpus*:

R3

III

Fale de mim quem quiser falar
 Aqui eu não pago aluguel
 Se eu morrer amanhã, seu doutor
 Estou pertinho do céu

Na estrofe III, verso primeiro (1) *Fale de mim quem quiser falar*, o julgamento nesse trecho da canção recai sobre as pessoas que são “faveladas”, ou seja, o sujeito enquanto alocutor-compositor que diz isso porque ele vive na favela e não importa mais o que dizem sobre eles do morro.

Nesse enunciado entende que alguém da sociedade (supostamente pessoas da elite política) está comentando sobre o estilo de vida daqueles que moram na favela, o sentido dela se vincula com o segundo verso (2) *Aqui eu não pago aluguel*, o morro é refúgio dos pobres desabrigados que não tem condições financeiras de manter uma moradia em lugares mais vantajosos (3) *Se eu morrer amanhã, seu doutor*, esse “seu doutor” marca um lugar de autoridade. Nessa direção o seu doutor é o modo como as autoridades eram chamadas. Observamos também que “seu doutor” se trata de um vocativo muito usual na sociedade brasileira, onde as pessoas que tinham mais poder eram conhecidas como “doutor” e é este o caso dessa alocução.

No quarto enunciado, *Estou pertinho do céu*, observa que se intensifica o imaginário do morro que é construído em lugares altos e onde se localiza as favelas. Nesse trecho há um recorte do memorável religioso de que as pessoas esperam um paraíso e a glória, a esperança de um lugar melhor, de um depois melhor que encontramos no céu.

Nessa construção *Estou* está se articulando com o pronome pessoal *eu*, que está oculto na frase, vejamos a paráfrase:

✓ (Eu) Estou pertinho do céu.

Desse modo, vem sustentando uma direção argumentativa daquele enuncia, marcado pelo E-indi.

Fizemos o recorte 4 a partir do texto da música e vamos considerar também todas as estrofes seguinte. Vejamos gora R4:

R4

IV(Refrão)

Podem me prender, podem me bater

Podem até deixar-me sem comer
Que eu não mudo de opinião

Daqui do morro eu não saio não, daqui do morro eu não saio não...

Podem me prender, podem me bater, que eu não mudo de opinião, que eu não mudo de opinião...

Na última estrofe de número IV, acontece a reafirmação de uma reescrituração por repetição do refrão que é um dos trechos mais marcantes da canção, cujos versos desafiam o regime militar implantado no Brasil. Essa repetição é parte do argumento.

Neste presente acontecimento, podemos observar que os versos/enunciados dessa música direciona toda argumentatividade, significando para a sociedade brasileira uma forma de resistir ao regime militar pela melodia do som que soa e grita na música, sem guerras e sem armas.

Aqui nessa canção, a configuração da cena enunciativa é politópica pois configura os vários lugares de dizer e aqui o locutor-compositor passa a enunciar do lugar de cidadão que vive no morro, ele é tomado pela língua e escreve a partir do modo do lugar que ele ocupa, assimilando assim um enunciador coletivo. O Locutor que assimila um lugar de enunciador politópico, onde ora ele é coletivo e ora é individual, alude a diferentes posições de locução.

3.3 O Real Resiste (2020)

O Real Resiste se propõe a enunciar contradições num governo marcado pelo período pandêmico do COVID-19. Na letra da canção notamos uma organização em termos enunciativos que remete à figura de um Locutor (L) que pode ser visto como assimilado a alguém que representa a voz da resistência, a voz que está do outro lado.

O locutor-compositor-cantor se vale constantemente do funcionamento da palavra “não” para enfatizar a oposição a várias afirmações relacionadas ao governo.

O Real Resiste - Arnaldo Antunes (2020)

Autoritarismo não existe
Sectarismo não existe
Xenofobia não existe

Fanatismo não existe
 Bruxa, fantasma, bicho papão

O real resiste
 É só pesadelo depois passa
 Na fumaça de um rojão
 É só ilusão, não, não
 Deve ser ilusão, não, não
 É só ilusão, não, não
 Só pode ser ilusão

Miliciano não existe
 Torturador não existe
 Fundamentalista não existe
 Terraplanista não existe
 Monstro, vampiro, assombração

O real resiste
 É só pesadelo depois passa
 Múmia, zumbi, medo
 Depressão, não, não
 Não, não
 Não, não, não, não
 Não, não, não, não

Trabalhos escravo não existe
 Desmatamento não existe
 Homofobia não existe
 Extermínio não existe
 Mula sem cabeça, demônio, dragão

O real resiste
 É só pesadelo depois passa
 Com um estrondo de um trovão
 É só ilusão, não, não
 Deve ser ilusão, não, não
 É só ilusão, não, não
 Só pode ser ilusão

Esquadrão da morte não existe
 Ku Klux Klan não existe
 Neo-Nazismo não existe
 O inferno não existe
 Tirania eleita pela multidão

O real resiste
 É só pesadelo depois passa
 Lobisomem, horror
 Opressão, não, não
 Não, não
 Não, não, não, não
 Não, não, não, não

Em *O Real Resiste*, percebemos que o termo “não” é rescriturado por repetição várias vezes, não no mesmo sentido, mas direcionando um argumento que o locutor-compositor-cantor traz em evidência nos versos/enunciados. Portanto, se trata de uma canção política que se apropria da negação repetidamente para ironizar e criticar o governo brasileiro da época, representando uma voz de oposição e resistência às políticas e discursos das autoridades da nação.

Na cena enunciativa construída nessa canção podemos percebermos a existência do al-compositor-cantor, que compôs a música/melodia para seu at-sociedade, no desejo de promover sua voz na luta pela resiliência, que por sua vez o locutário povo brasileiro é quem vai fazer sua opção depois da resistência e resiliência nas urnas. Na perspectiva de um enunciator-individual.

A rescrituração por repetição do termo “não” ao longo da música cria um efeito acumulativo, destacando várias áreas de desacordo ou discordância em relação ao governo, colocando em evidência que há uma resistência à narrativa oficial e às ações governamentais desse período, e que muitos aspectos dessa política que está instalada são contestados ou questionados.

O locutário que é afetado pelo lugar de dizer de Enunciador Individual fala diretamente ao seu locutário sociedade brasileira. Podemos entender que tudo que é apresentado nesse real da canção, é diferente na realidade do país e fora da realidade também. *Ku klux clan* não é uma realidade do/no Brasil, apesar de alguém ter isso em mente por aqui. Há, portanto, coisas que é existência real e ilusória como o lobisomem, mula sem cabeça etc.

Retornamos agora na perspectiva em que o político para Guimarães (2002), só entra em funcionamento através da linguagem. E o sentido da argumentação presente no funcionamento de linguagem das músicas do nosso *corpus* “não é o da persuasão, é o da sustentação de uma posição, e, nesse sentido, é política”. (Guimarães, 2013, p.283). Vejamos, então, nosso material de análise para este segundo momento.

Observamos o primeiro recorte, como mencionado anteriormente, se encontra identificado no corpo do texto pela letra (R...):

R1

I

Autoritarismo não existe

Sectarismo não existe

Xenofobia não existe

Fanatismo não existe
 Bruxa, fantasma, bicho papão

O *não* na relação do verso/enunciado pode ser uma afirmação, como nos diz Lara (2017, p.56): “podemos também observar que o “não” incide sobre os dois enunciados. Nota-se que o não expressa uma possibilidade. O uso da negação é um operador argumentativo que segue numa direção positiva”.

No fragmento enunciativo I, no primeiro verso/enunciado (1) *Autoritarismo não existe*, é possível dizer então que o autor faz movimentos contrários. Observamos que quando o alocutor diz *não existe* na verdade afirma a existência, pois “existe entre os dois termos comparados, uma espécie de oposição que, semanticamente, poderia ser identificada como uma negação da propriedade, que um dos termos absorve em desfavor do outro” (Lara 2017, p.56 *apud* Vogt, 1977, p.89), isso mostra que o alocutor-compositor-cantor traz uma relação pela qual faz uma alusão à enunciação por parte do presidente que afirma a não existência de autoritarismo, de desmatamento, fanatismo, sectarismo etc., enquanto o real resiste em relação a essas afirmações negativas.

Houve uma crescente preocupação quanto à imposição desse autoritarismo de acordo com a postura governamental, pois, segundo Pereira (2023, p. 30) “temos possibilidades, talvez sem fim, de maneira subjetiva, de fazer “interpretações” diversas partindo de uma descrição daquilo que se “vê”. Da posição que ocupamos aqui, percebemos a tentativa de instalar um autoritarismo. Vejamos a seguinte paráfrase:

✓ O Autoritarismo existe.

Essa paráfrase mostra o seguinte: [VOCÊ DIZ QUE] autoritarismo não existe. O funcionamento da alusão está na negação “não existe”, mas que ao mesmo tempo o al-compositor percebia no governo uma vontade imaginária de implantar esse tipo de sistema.

O verso/enunciado (2) *Sectarismo não existe*, nesse trecho acontece como fora supracitado anteriormente, *não existe* quer dizer que sim, existe e está presente nessa sociedade, as práticas sectárias são muito comuns e tomou força no período de 2020, vejamos a paráfrase:

✓ O Sectarismo existe.

Nessa paráfrase se segue com a mesma ideia da anterior: [VOCÊ DIZ QUE] o sectarismo não existe. Ao afirmar que não existe, se tem a ideia de que cogitou uma existência, mas percebemos que não passou do pensamento das políticas bolsonaristas que sempre eram barradas pelo Congresso.

No enunciado do verso/enunciado (3) *Xenofobia não existe*, segue a mesma ideia do verso (2), se olharmos para o período em que foi escrita a canção, a quantidade de falas preconceituosas e sectaristas proferidas pelo representante da nação evidencia que o país se encontrava mergulhado no mar do preconceito. Esse ponto de vista preconceituoso se manifesta por meio de discursos de radicalização das diferenças seja cultural, religiosa e política entre os grupos nativos e não-nativos (Minkenberg, 2011), vistos como degenerados morais. Assim, temos a paráfrase:

✓ A Xenofobia existe.

O verso/enunciado (4) *Fanatismo não existe*, funciona como uma memória enunciativa das falas do então presidente daquele período em que foi lançada a canção e que funciona no presente do acontecimento do texto analisado e complementa todas as posturas inconcebíveis dentro de uma sociedade das quais o al-compositor já veio mencionando nos versos anteriores. Basicamente todos os versos são associados a falas do representante da nação. Nas eleições de 2018, Bolsonaro incitou xenofobia com o povo nordestino, fazendo comentários pejorativos e dizendo que são analfabetos¹⁷.

✓ O Fanatismo existe.

Em todos esses enunciados e essas paráfrases tem uma rememoração enunciativa que sustenta os sentidos dessa possível existência de “fanatismo”, por exemplo. Ou seja, todos estes enunciados recortam como memorável algum enunciado outro do lugar de alocutor-presidente da república que faz possível esse sentido no presente da enunciação da canção. Ao fazer essa alusão há algo que relaciona a esses termos dito antes nas falas do governante e que significa no presente.

¹⁷ Disponível em: <https://sosimprensa.wordpress.com/2018/10/16/xenofobia-em-meio-a-crise-politica/>
Acesso em: 27/02/2024

Nos versos/enunciados (1), (2), (3) e (4), o *não existe* é reescriturado por repetição. Enquanto o verso/enunciado (5) é reescriturado por elipse do termo “bruxa” e todas coisas mais assombrosas que tememos desde a infância. Observe: bruxa (não existe), fantasma (não existe), bicho papão (não existe), o que faz uma relação dos sentidos de autoritarismo, sectarismo e fanatismo com estes elementos dos contos infantis. Existe uma articulação por incidência, que acaba por comentar e avaliar que a não existência de autoritarismo, sectarismo e fanatismo segue numa direção argumentativa do imaginário da fantasiosa. Assim temos a seguinte paráfrase: [VOCÊ DZ QUE] autoritarismo não existe, assim como bruxa, fantasma, bicho papão não existem. Isso mostra que o não existir do autoritarismo está no mesmo lugar que a não existência do fantasma, por exemplo, a não existência do autoritarismo etc. De acordo com Guimarães (2009, p.55),

Neste caso a reescrituração apresenta uma palavra ou expressão como tendo o mesmo sentido que a outra à qual se liga. O interesse aqui é observar como a reescrituração por sinonímia acaba por predicar algo de um termo sobre o outro, pelo próprio movimento polissêmico da reescritura.

Ainda podemos dizer que a história que se recorta no (5) verso das estrofes I, III e V recortam como memorável os contos infantis que produzem sentidos no presente do acontecimento nesta relação de articulação e que acaba por projetar uma futuridade de que a afirmação da não existência dos demais elementos do texto seguem na direção dos contos de fantasia – da “doce mentira”.

Observa-se que al-compositor relaciona sinonimicamente com estes personagens, o fato de que aquilo que ele diz, diz enquanto mentira, enquanto fantasia, enquanto algo que não existe fora do imaginário social.

Vejamos agora a análise do recorte da segunda estrofe:

R2

II
 O real resiste
 É só pesadelo depois passa
 Na fumaça de um rojão
 É só ilusão, não, não
 Deve ser ilusão, não, não
 É só ilusão, não, não
 Só pode ser ilusão

Aqui em R2, o alocutor-x sustenta os sentidos nessa direção de que aquilo que o alocutor-presidente enuncia enquanto não existente, existe para o lugar da resistência que é o real. Ou seja, o “não existe sectarismo” significa uma ilusão, uma história de fantasia, enquanto, em contraposição, o real. É uma “quimera” entre o real e a ilusão.

O verso/enunciado (1) *O real resiste*, o argumento do Locutor diz do lugar de quem não compactua com todo contra-argumento anterior, porque o que é real, ou seja, tudo o que é diferente do que foi mencionado, é resistência, e projeta a futuridade uma nova realidade que está por vir. Notamos que quando o alocutor-compositor escreve o verso/enunciado (2) *É só pesadelo depois passa*, ele diz que isso passa assim como passa um pesadelo, talvez ele esteja dizendo que o “povo irá acordar” desse pesadelo, que as coisas podem melhorar. Na fumaça de um rojão, a fumaça que encobre a vista e logo também passa, desaparece.

No verso/enunciado (3) *Na fumaça de um rojão*, podemos associar a um disparo de fogo, rememora armas, guerras e milícias, no campo do imaginário social existe a possibilidade de relacionar esse verso com o período ditatorial do qual mencionamos na análise anterior e que o governo atual almejava aquele tempo totalitarista com milicianos. Já o verso/enunciado (4 e 6) *É só ilusão, não, não* são reescriturados por repetição, essa repetição pode afirmar que tudo isso não é uma ilusão. A repetição aqui não significa apenas o ato de repetir uma palavra ou uma frase, mas, no caso “o sentido está se fazendo como diferença que constitui textualidade” (Guimarães, 2005, p.28). O al-compositor reforça o seu principal objetivo por meio da repetição.

Os versos/enunciados (5) *Deve ser ilusão, não, não*, “**deve ser**”, temos o alocutor-compositor tenta não acreditar no que está acontecendo na política, que é a ideia autoritarismo, sectarismo, xenofobia e fanatismo. No verso/enunciado (7) *Só pode ser ilusão*, podemos fazer a seguinte paráfrase: [não há outra coisa que possa ser a não ser ilusão], parece que diz que não há nada mais além de ilusão. Além disso, mostra também o mesmo sentido ao do (5), evidenciando assim, uma direção argumentativa neste presente acontecimento, o da dúvida, que ainda persiste, ou seja, (5 e 7) se articulam por coordenação, portanto, “**deve ser**” e “**só pode ser**” são elementos de mesma natureza. De todo modo, por paráfrases podemos ver algumas questões do tipo: não é nada mais que pesadelo; não é nada mais que ilusão; não há outra coisa que possa ser a não ser ilusão; se não for ilusão é outra coisa, não, não é só ilusão.

Próximo recorte tomado para análise é a estrofe R3, passemos agora para sua respectiva análise.

R3

III

Miliciano não existe

Torturador não existe

Fundamentalista não existe

Terraplanista não existe

Monstro, vampiro, assombração

Neste acontecimento de linguagem, vem funcionando nesses versos/enunciados sentidos de um governo que delineava como objetivo ser opressor e totalitário, mas que não chegou a se concretizar, se fosse da vontade do presidente existiria fundamentalismo, terraplanistas e intolerância religiosa. Quando se fala de milícias, o termo integra sentido com as forças armadas de um país. Assim, no verso/enunciado (1) *Miliciano não existe*, vem sendo produzido um sentido de crítica irônica. Vejamos a seguinte paráfrase.

✓ Miliciano existe.

Quando diz (2) *Torturador não existe*, recorta o memorável do regime militar, porque foi um período que a tortura era algo comum. Além disso, está funcionando nessa cena enunciativa “**miliciano**” e “**torturador**”, esses termos, estabelecem o sentido de tensão marcada pelo al-compositor. Vejamos a paráfrase.

✓ Miliciano e torturador ainda existem no Brasil.

A palavra do verso/enunciado (3) *Fundamentalista não existe*, projeta uma relação com o sectarismo da estrofe anterior, os sentidos desse termo estão associados as ideias sectárias. O al-compositor reescreve e retoma o termo sectarismo ao dizer fundamentalismo. Os movimentos de direita promoveram esse tipo de postura nos últimos tempos. Os dois termos *fundamentalismo* e *sectarismo* neste presente acontecimento direciona um argumento para os sentidos postos nesses versos/enunciados de intolerância.

Este outro verso/enunciado (4) *Terraplanista não existe*, essa concepção negacionista surgiu para explicar que a Terra é plana e que na verdade ela é redonda. Desse modo, o sentido presente nesse termo é o *negacionismo*, esse termo incidi em um movimento político, que nega evidências científicas quanto fatos históricos, as pessoas vivem numa espécie de ignorância. Além disso, o negacionismo funciona ali como algo

fora, algo externo, como um não-dito que significa no presente do dizer. Vejamos a paráfrase abaixo.

✓ Terraplanista não existe, o que existe é o negacionista.

O verso/enunciado (5) *Monstro, vampiro, assombração*, apresenta uma argumentação através da redundância como constituição da textualidade da música. Nesse funcionamento de linguagem, tem o sentido que segundo Guimarães (2013, p. 283) “não é o da persuasão, é o da sustentação de uma posição e, nesse sentido, é política”. Esse acontecimento recorta o memorável de lendas, assombrações e o medo de alguns personagens que estão presente na história brasileira. Na sequência temos a análise de R4, vejamos:

R4

IV

O real resiste

É só pesadelo depois passa

Múmia, zumbi, medo

Depressão, não, não

Não, não

Não, não, não, não

Não, não, não, não

Nessa estrofe de número IV, verificamos o funcionamento da reescrituração por repetição do (1) *O real resiste*, como também do verso (2) *É só pesadelo depois passa*, esse processo de reescrituração liga os pontos do mesmo texto, produzindo sentido conforme faz a retomada do termo. Podemos perceber que nessa sequência há um *eu* que diz algo a um *tu*, ele apresenta um consolo a esse *tu*.

Dessa forma, através desses dizeres o al-compositor diz ao at-sociedade que essas coisas não são reais, porque o que é considerado real na perspectiva de quem diz (L) está resistindo e se encontra no implícito.

Mais uma vez, o al-compositor diz ao at-sociedade que essas coisas não são reais e traz para essa cena no verso (3) *Múmia, zumbi, medo*, assim, recorta um memorável daquilo que já mencionamos anteriormente de “assombrações”, que funciona na sociedade para promover o medo das coisas consideradas sobrenaturais.

No verso/enunciado (4) *Depressão, não, não*, cabe uma pergunta importante, será que realmente não existe depressão e todas essas coisas no Brasil contemporâneo? Pesquisas dos anos de 2019 confirmam que houve um salto no percentual de casos de

depressão no Brasil. A situação se agravou ainda mais com o período pandêmico, tendo um aumento muito significativo¹⁸. Nesta cena enunciativa, o al-compositor se apresenta dizendo algo, por saber que é verdade.

Os últimos dois versos/enunciados (5 e 6) *Não, não, não, não*, são reescriturados também na estrofe VIII, cujo sentido é sustentar o tom de ironia presente neste acontecimento de linguagem.

Seguimos agora para o recorte 5:

R5

V

Trabalhos escravo não existe
Desmatamento não existe
Homofobia não existe
Extermínio não existe
Mula sem cabeça, demônio, dragão

O al-compositor apresenta em todos versos/enunciados um intuito de fazer o at-sociedade brasileira questionar se todos os termos aqui analisado existe ou não existe, assim, poderia ser acrescentado uma interrogação no final de cada sequência, vejamos uma paráfrase para ver como ficaria.

- ✓ Trabalhos escravo não existe?
- ✓ Desmatamento não existe?
- ✓ Homofobia não existe?
- ✓ Extermínio não existe?

Os questionamentos fazem com que seja possível a existência de tais coisas ou não? Esses registros que foram apresentados mostram que há sempre uma história que diz no acontecimento enunciativo.

Observamos no dizer do al-compositor a necessidade de produzir uma relação de versos/enunciados que textualizam mais do que ataque a um sistema que pretendia ser opressor, ao mesmo tempo que instala o sentido de enfrentamento as essas ideias que vinha sendo colocada pelo governo de Bolsonaro. Compreendemos, nesse caso, que cada um desses termos que se apresenta em cada estrofe, significam através de sua

¹⁸ Disponível em: < <https://jornal.usp.br/atualidades/pandemia-e-responsavel-por-cerca-de-36-dos-casos-de-depressao-em-criancas-e-adolescentes/>> Acesso em: 22/10/2023

historicidade que é “determinada pelas condições sociais de sua existência” (GUIMARÃES, 1995, p.66).

O que estamos querendo dizer é, todos esses acontecimentos (1) *Trabalho escravo*; (2) *Desmatamento*; (3) *Homofobia*; (4) *Extermínio*, recortam como memorável enunciações que dizem sobre isso: as denúncias de trabalho escravo em pleno século XXI, o desmatamento ocorrido durante o governo Bolsonaro, a homofobia perpetrada pelo próprio presidente quanto ainda deputado e candidato, o extermínio (a morte de indígenas por desnutrição) esses tempos ruins são enunciações que estão contidas no presente do acontecimento da canção, se fazem presentes no acontecimentos, como a escravidão e ditadura militar de 64-85 que se presentificou na sociedade. Assim, o Locutor está predicado por esse lugar de dizer (al-compositor), que apresenta acontecimentos nos textos-musicais, projetando na temporalidade do acontecimento o sentido de futuridade de novas enunciações.

Vale ressaltar que “o falante aqui não é a pessoa na atividade físico-fisiológica, ou psíquica, de falar. São sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes que chamo de espaço de enunciação” (Guimarães, 2003, p.22).

Vejamos a partir de agora as análises de R6:

R6

VI

O real resiste

É só pesadelo depois passa

Com um estrondo de um trovão

É só ilusão, não, não

Deve ser ilusão, não, não

É só ilusão, não, não

Só pode ser ilusão

Nos versos-enunciados (1 e 2) estamos diante do procedimento de reescrituração por repetição, é por conta desse movimento que (1) possui uma determinação semântica central nessa análise. Pois significa a busca da valorização das coisas libertárias, pois só assim será possível neutralizar a opressão.

Quando o al-compositor diz o verso (3) *Com o estrondo de um trovão*, acreditamos na possibilidade de fazer uma associação do som do trovão que é parecido com o estrondo de um rojão que também passa, passa como a tempestade, depois da tempestade vem a bonança. Nesse sentido, Guimarães (2018, p.84) escreve “um aspecto

importante na caracterização das articulações é que elas não são meramente relações internas ao enunciado, mas relações de contiguidade que fazem do enunciado um elemento que se integra a um texto”.

Os quatros versos/enunciados finais (4, 5, 6 e 7) são reescriturados por repetição nessa estrofe, o termo *ilusão* é rescriturado quatro vezes por repetição, mas será que todo mundo vive uma ilusão? Será que todos esses termos analisados que o al-compositor traz, realmente não existe? Ou al-compositor diz a título de conhecimento, para os cidadãos brasileiros se atentarem a esses termos que ele mostra.

A seguinte análise corresponde ao recorte de número 7:

R7

VII

Esquadrão da morte não existe

Ku Klux Clan não existe

Neo-Nazismo não existe

O inferno não existe

Tirania eleita pela multidão

Partindo do exposto acima, consideramos que os versos/enunciados (1) *Esquadrão da morte não existe*, era um esquadrão extra-oficial que realmente existiu, mas não fazia parte do regime da época. (2) *Ku Klux Clan não existe* e (3) *Neo-Nazismo não existe*, vem recortando um memorável de políticas ideológicas assentadas na intolerância e violência. Esses versos/enunciados reescrituram o termo *não existe* nos três, por repetição. E esse termo *não existe* incide sobre os outros termos *Esquadrão da morte*, *Neo-Nazismo* e *Ku Klux Clan*, assim, neste presente acontecimento, esses versos/enunciados, significam de formas diferentes, pois há de se considerar o agenciamento enunciativo, a relação do espaço enunciativo, bem como as questões políticas, sociais e históricas, atreladas à questão do memorável no acontecimento, pensando, é claro, o funcionamento do conjunto de enunciações já realizadas.

Segundo jornal eletrônico da Veja, os grupos do *Neo-Nazismo* aumentaram no ano de 2019 após as falas “Brasil acima de tudo” ser associada ao “Deutschland über alles”, que significa “Alemanha acima de tudo”, bordão utilizado na Alemanha de Hitler”¹⁹, como também acreditam que o a aparição cada vez maior dessa ideologia política pode ser explicada pelo avanço da extrema direita. Esse movimento tem os

¹⁹ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/quatro-fatores-que-explicam-o-avanco-do-neonazismo-no-brasil>> Acesso em: 22/10/2023

ideais baseado na intolerância e preceitos racialistas e o terceiro *Ku Klux Klan* é um grupo muito antigo que defende “uma organização supremacista branca que perseguia, torturava e assassinava pessoas negras. Em meados de 1866, um grupo de seis soldados que lutaram pelo sul na Guerra Civil americana criou a Ku Klux Klan”²⁰.

Podemos dizer que no verso/enunciado (4) *O inferno não existe*, temos o termo **inferno** reescriturado por condensação, ou seja, condensa as linhas citadas antes dessa palavra, tudo o que já foi dito anteriormente (Guimarães, 2018), vincula-se ao inferno, coisas que são relacionadas ao sofrimento.

Este último verso/enunciado (5) *Tirania eleita pela multidão*, nesse acontecimento enunciativo instala o sentido de um poder político administrativo tirano no período em que foi escrito texto-música, e nesse momento o presidente era o senhor Jair Bolsonaro. Mostrando que as condições sociais foram similares a de um governo opressor. Vejamos as paráfrases abaixo:

- ✓ Governo tirano eleito pelo povo.
- ✓ Bolsonaro, mito, eleito pelo povo brasileiro.
- ✓ Governo opressor eleito pelo povo.

Iniciaremos a investigação do que corresponde ao recorte 8, vejamos:

R8

VIII

O real resiste

É só pesadelo depois passa

Lobisomem, horror

Opressão, não, não

Não, não

Não, não, não, não

Não, não, não, não

Mais uma vez os versos/enunciados (1) *O real resiste* e (2) *É só pesadelo depois passa* faz uma alusão ao sono profundo do povo que dorme, atormentado num pesadelo, mas, que ao acordar, verá que era só um pesadelo, e que tudo passou, o al-compositor enuncia neste presente acontecimento uma direção argumentativa para reforçar os sentidos de que *O Real Resiste*, e o resto é/foi tudo um pesadelo e que ao acordar esse pesadelo haverá terminado, é só resistir.

²⁰ Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/sociedade/historia/noticia/2021/12/o-que-foi-ku-klux-klan-e-por-que-apologia-ela-e-um-problema.ghtml>> Acesso em: 22/10/2023

Nesse verso/enunciado (3) *Lobisomem, horror*, se articula por incidência com os versos das estrofes anteriores, mais especificamente os I (5); III (5); IV (3); V (5); o al-compositor fala das assombrações associando as forças das sombras políticas e ideológicas que pesam sobre o país.

3.4 Duas vertentes de resistência

Nas canções analisadas os versos-enunciados que também podemos dizer “texto-canção” deve ser considerado a partir da sua historicidade, verificando-o a partir de uma temporalidade que a faz significar e produzir novos sentidos.

Considerando que o texto-canção se faz enquanto esses aspectos de linguagem, observamos o processo de semantização das letras das canções que circulam no espaço de enunciação do português do Brasil. Desse modo, as canções podem ser consideradas como situações específicas de linguagem, contemplando temas amorosos, sociais, históricos, protestos, ou seja, para descrever momentos até mesmo da política no Brasil, pois pode ocupar de temáticas que não se esgotam.

Os textos-canções se conectam de modo que estamos tomando a enunciação como uma retomada da história, cuja temporalidade é marcada por políticas instáveis ou que tentaram implantar ações nesse sentido de opressão. No caso da canção “Opinião”, lançada no período que é reconhecido como ditatorial, podemos confirmar a censura e opressão por meio das figuras enunciativas do alocutor-compositor, na perspectiva de enunciadador ora individual ou coletivo.

Na primeira análise, do texto Opinião, percebemos que os versos são alinhados a uma resistência, mas de maneira reprimida, dentro de um regime opressor militar. As coisas não podiam ser ditas à luz do real, elas ficam subentendidas nas entrelinhas da canção.

R1

I (Refrão)

Podem me prender, podem me bater

Podem até deixar-me sem comer

Que eu não mudo de opinião.

Daqui do morro eu não saio não, daqui do morro eu não saio não.

Na cena enunciativa, do recorte acima, temos um alocutor-x, que, predicado pelo seu lugar social de compositor, registra o acontecimento de um momento do regime militar, que tanto discriminou a população brasileira, principalmente os que viviam nas

favelas. As análises no tópico 3.1 dessa pesquisa indica que quem pode fazer tais barbaridades quando foi escrita a canção, era os militares. Esse refrão é retomado pela cantora ao longo da canção.

Sendo assim, retomemos o que nos diz Guimarães (2018a), no livro *Semântica: enunciação e sentido*, quando o autor analisa o acontecimento enunciativo como o que faz a diferença na sua própria ordem, não como algo empírico que aconteceu, mas “a ordem em que algo é considerado é que lhe dá o sentido de acontecimento específico” (Idem, p. 37). E essa especificidade do acontecimento é uma temporalidade de sentidos, quer seja, o acontecimento constitui sua temporalidade: “um passado, um presente e um futuro”. (Idem, p. 38).

Foi no espaço de enunciação do português do Brasil, no qual se constituiu a cena enunciativa dos dois textos-musicais. O sentido produzido por essa sequência faz significar uma enunciação política em conflito, uma vez que o alocutor-compositor/cantor sustenta uma preocupação com questões sociais que alude ao governo e suas obrigações de oferecer qualidade digna de vida aos cidadãos. Além disso, há um jogo político pela palavra que o al-compositor afirma o pertencimento enunciativamente do Estado, instalando um litígio no seu argumento.

Em ambos casos, a voz do Locutor nesse acontecimento de linguagem repudia a violência que atinge a população brasileira e tenta alertá-los de uma possível volta desses sistemas de opressão. Ele se preocupa de quando toda essa barbárie será freada na sociedade, como encerrar esse ciclo de violência, de morte e de ódio contra determinados grupos que são marcados pela cor da pele, homossexualidade, religiosidade entre tantos outros que Arnaldo Antunes destaca.

R2

II

O real resiste

É só pesadelo depois passa

Na fumaça de um rojão

É só ilusão, não, não

Deve ser ilusão, não, não

É só ilusão, não, não

Só pode ser ilusão

Esses são movimentos constituídos pela linguagem no seu funcionamento, um embate político de linguagem marcado por disputas de sujeitos falantes e línguas no espaço de enunciação do português do Brasil, que são divididos pela “contradição entre

a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos” (Guimarães, 2017, p. 23).

Vale frisar que ambas músicas trazem o memorável da restrição de direitos e o surgimento de uma resistência pela classe artística, dessa forma, produzindo uma crítica social e nos dias atuais recorta o memorável ditatorial. É interessante observar que os textos-canções vêm revelando o conflito político próprio da linguagem, construído incessantemente nas relações enunciativas entre sujeitos da língua nas práticas sociais.

Para Guimarães (1996) a língua funciona ao ser afetada pela exterioridade. Compreendemos, pois, que enunciação, para Guimarães (1996), é colocada na relação de acontecimento, perpassado, em suma, pelo interdiscurso. Assim, a linguagem é concebida como uma relação social e histórica pela qual os sujeitos se constituem. O sentido é o efeito da enunciação, efeitos do interdiscurso no acontecimento, são efeitos de uma memória, de um presente marcado e relacionado a outros discursos.

O reconhecimento do referencial histórico ditatorial e compreender as ideologias que Antunes menciona no seu texto-canção evoca o memorável de resistência nas histórias de enunciação das canções, ambas apresentam uma ligação, elas se conectam por serem textos/enunciados de luta/resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa nos propusemos analisar os sentidos produzidos pela relação das canções populares brasileiras “Opinião” e “O Real Resiste”, esta primeira teve maior repercussão no período de 1964, quando os compositores assumindo a palavra, instala

no seu argumento um conflito político enunciativo, ou seja, um conflito com a divisão desigual do real. Realizamos a observação da constituição desses sentidos e como se constroem os significados em acontecimentos enunciativos que surgem nos recortes analisados em que, também, conseguimos verificar o memorável inscrito no acontecimento enunciativo.

Através dos recortes que compõem nosso *corpus* procuramos identificar e compreender a relação entre versos/enunciado, que juntos formam as músicas, que não são apenas som que são veiculados no espaço de enunciação do português do Brasil.

Desvelamos, de igual forma, que essas canções nos possibilitam recordar acontecimentos memoráveis constitutivo de determinado período na sociedade.

uma análise semântica não é o que pensamos daquilo que está no enunciado, é necessário se desgarrar da interpretação subjetiva. Nós precisamos compreender que o processo de reescrituração e articulação produzem dizeres outros, novos desdobramentos de sentidos e uma direção argumentativa a partir das relações enunciativas construídas nas relações sócio-históricas dos sujeitos com a língua e o mundo.

A relação que tem entre os dois textos-canções é uma crítica e resistência pela letra da música que foi imposta pela cultura, sobretudo, da classe artística. Na canção “Opinião” é uma crítica direta ao governo opressor, portanto, com uso da metáfora para sustentar o argumento e esquivar da censura. A segunda música é uma forma de existir no plano das ideias, ele resiste através da crítica. A relação de Arnaldo com a ditadura é no plano imaginário. A relação existe mais no plano enunciativo. É nesse sentido que podemos considerar, a partir da língua em seu funcionamento, o lugar que legítima e autoriza o reconhecimento de uma problemática política nas letras musicais.

REFERÊNCIAS

ARNALDO Antunes. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2878/arnaldo-antunes>. Acesso em: 08 de agosto de 2023. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. 3. ed. Campinas, Pontes: 1991.

CHIAVENATO, Júlio José. O golpe de 64 e a ditadura militar. 9 ed. São Paulo: Moderna, 1994

DIBAI, Priscilla. A direita radical no Brasil: o caso de Jair Bolsonaro. 150f. Dissertação

(Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

DIAS, Luiz Francisco. *Enunciação e relações linguísticas*. Campinas, SP. Pontes Editores, 2018.

FILHO, Oswaldo Lima. *Política Brasileira, 1945-1990: uma visão nacionalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GARCIA, Patrícia Carla Martins. **Os sentidos das músicas de Geraldo Vandré produzidos durante a ditadura militar**. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2019.

GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira. 1996.

_____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2002.

_____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP. Pontes, 2 ed. 2005 b.

_____. *Análise de texto: procedimentos, análises, ensino*. Campinas: Editora RG, 2012.

_____. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas: Pontes, 2018.

KARIM, TAISIR MAHMUDO. *Dos nomes à história - o processo constitutivo de um Estado: Mato Grosso*. Campinas, SP: [s.n.], 2012.

LARA, Francineli Cezarina. **Um Brasil sem fronteiras: a língua inglesa no espaço de enunciação do português do Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2017.

LISPECTOR, Clarice. 1977. São Paulo: **Entrevista concedida à TV Cultura**.

MIGUEL, Luis Felipe. *POLÍTICA E MÍDIA NO BRASIL: episódios da história recente*. Brasília: Plano Editora, 2002. 137 p. ISBN 85-85946-23-7.

MINKENBERG, Michael. *The radical right in Europe today: Trends and patterns in East and West*. In: LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG, Britta (ed.). *Is Europe on the “right” path? Right-wing extremism and right-wing populism in Europe*. Bonn: Bonner Universitats-Buchdruckerei, 2011. p. 37-56.

OPINIÃO de Nara. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra67386/opinioao-de-nara>. Acesso em: 08 de

agosto de 2023. Verbetes da Enciclopédia.
ISBN: 978-85-7979-060-7

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, Editora Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

PEREIRA, José Gabriel Martins. **Estatuária Urbana, Espaços de Enunciação e Sentidos**. 2023. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2023.